

# Classificados

18 - O Paraná Quinta-feira, 14 de março de 2024

Edição 14.306



## Importados

### BMW 32 0I 2012

Preta, gasolina, 70 mil km, interior em couro caramelo, 4 pneus Goodyear novos, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 72.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210435.

### HYUNDAI SANTA FÉ 3.3 V6

Ano 2014, cor preta, único dono, tem nota fiscal de concessionária, motor trocado, portanto rodado menos de 100.000 Km., pneus novos, totalmente revisada, com amortecedores, freios, coxins, bateria nova, multimídia de 10,5 polegadas nova, ar condicionado revisado, filtros e óleos todos novos, impecável, podendo utilizar condução baixo consumo combustível. Valor R\$ 72.000. Tratar Fone/Whatsapp: (45) 98805-5016, ou e-mail castellonvialr@hotmail.com. Qualquer horário e final de semana. Prefere venda, mas troca por caminhonete diesel bem usada para manter em fazenda. CI-210035.

### JEEP COMPASS LIMITED

2.0, 16V 4x2, 2018, preto, flex, automático, luxuoso, completo, higienizado, espelhado, impecável. R\$ 130.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210434.

### MERCEDES C200

Avantgarde 1.8 16V, 184 cv, 2011, prata, 4 pneus Goodyear novos, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 73.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210436.

### VERSA 1.6 SV FLEX

2016, prata, 47 mil Km, 4 pneus novos, completo, higienizado e espelhado. Impecável. R\$ 48.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210439.



### CAPTIVA SPORT

16V, 185cv, 2010, prata, bancos em couro, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 40.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210442.

### CAPTIVA SPORT 2.4

16V, 185cv, 2014, azul, bancos em couro, luxuosa, completa, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 59.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210440.

### OMEGA CD 3.6

V6, 24V, 255cv, 2005, prata, luxuoso, completo, higienizado e espelhado. Impecável. R\$ 30.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210438.

### OMEGA CD 3.6 BLINDAD

Blindado, 2005, prata, luxuoso, completo, higienizado, espelhado, impecável. R\$ 30.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210441.

### OMEGA FITTIPALDI 3.6

V6, 24V, 258cv, blindado, 2008, preto, gasolina, luxuoso, completo, higienizado e espelhado. Impecável. R\$ 40.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210437.



### TORO VOLCANO DIESEL

Automática, 09 marchas, 4 x 4 - 2019/2020 - cinza - óleos trocados incluso de câmbio/transmissão, toda revisada como corria dentada interna e externa trocadas, incluso kits, freios, suspensão, amortecedores 04 novos, coxim revisado, idem pneus, ar condicionado revisado e recarregado e higienizada. Perfeita. 185.000 km, o que não é muito para motor diesel. Tratar Fone/Whatsapp: (45) 98805-5016 ou e-mail castellonvialr@hotmail.com. direto com o proprietário R\$ 105.000. CI-210037.



### RANGER XLS 2.2 4X4

2018, prata, diesel, cabine dupla, automática, capota marítima, protetor de caçamba, engate removível, som, pneus novos, higienizada e espelhada. Impecável. R\$ 185.000,00. F: (45) 99988-3377. CI-210433.

## Apartamentos

### W. SERAFIM VENDE

Vende apart. No Universitario, 6º andar com elevador, 2 quartos mais dependências churrasqueira na sacada com total de 61m² área total sendo 50m² área privativa por apenas 235 mil maiores informações 9 9922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-210448.

### W. SERAFIM VENDE

Vende apart. no São Cristóvão, com 2 quartos, mais dependências, churrasqueira na sacada, com total de 71m² área total, sendo 58m² área privativa por apenas 195 mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210457.

## Casas

### W. SERAFIM VENDE

Vende sobrado no Maria Luiza proximo a av. Carlos Gomes terreno contendo 420m² sendo 15m de frente com área construída de 400m² por apenas R\$ 1.400.000,00 maiores informações 9 9922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-210447.

### W. SERAFIM VENDE

Vende sobrado no Country, com 124m² de construção sendo em condomínio, 1 suíte, 2 quartos mais dependências. Próximo a Rua Manaus, fácil acesso ao centro e saídas para rodovias. Por apenas 550 mil. Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210450.

### W. SERAFIM VENDE

Vende ou troca casa no Santo Onofre com 70m², 3 quartos, mais dependências, terreno de esquina medindo 15x15 sol da manha, por apenas 350 mil, aceita TROCA como parte de pagamento, preferência terreno. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210461.

### W. SERAFIM VENDE

Vende casa no Santa Cruz, localizado próximo a Tito Muffato, terreno medindo 6,5 x 45 com área construída de aprox. 170m² sendo, suíte, 2 quartos mais dependências com moveis planejados, pé direito alto, sobra de terreno, garagem coberta. Por apenas 890 mil (estuda propostas). F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-210451.

### W. SERAFIM VENDE

Vende sobrado no Tropical com aprox. 150m² de área construída, sendo 98m² averbado, suíte, 2 quartos, vaga para 2 carros, alguns móveis planejados, ambientes climatizados, ótima localização, rua sem saída, por apenas 620 mil. Agende sua visita, F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210459.

## Ponto Comercial

### W. SERAFIM VENDE

Vende imóvel (industrial, comercial) frente BR 277 com aprox. 15m de testada para a mesma, área total de aprox. 1.050m² contendo um barracão de aprox. 270m², ótima localização por apenas R\$ 1.200.000,00. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210460.

## Terrenos

### IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 360m² no Brasmadeira, Rua Rio Bonito. R\$ 190.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-210432.

### IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende Lote com 1050m² (25x42) na região central, Rua Vitória, 770. R\$ 2.290.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-210428.

### IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 455m² (13x35) no Cancelli, Rua Alcir da Motta, murado (preservação permanente). R\$ 249.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-210430.

### IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende Área com 4.633m² no 14 de Novembro, frente para a Rua Souza Naves Sul, a 300m da Petroco, ao lado da Metalúrgica Turmina, R\$ 2.200.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-210427.

### IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 270m² (10X27) no Santo Onofre, Rua Tupinambás, divisa com o Santa Cruz, (preservação permanente). R\$ 130.000,00. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-210431.

### IMOBILIÁRIA PARANHOS

Vende lote com 962m² (17,50x55) no Country, Rua Rio Grande do Norte, entre as Ruas 13 de Maio e Tiradentes. R\$ 2.000.000,00. Aceita carros e parcelamento. F: (45) 99155-6699 CRECI J07222. CI-210429.

### W. SERAFIM VENDE

Vende terreno no siena medindo 10x20 plano com frente sol nascente por apenas R\$ 235.000. Para maiores informações 9 9922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-210455.

### W. SERAFIM VENDE

Vende fazenda de 330 alq. prox. cascavel com 70 alq. mec. com estrutura para pecuária pronta sendo piquetes barrações reservatórios de agua casas por apenas 1.200 sacas de soja por alq. Creci 19806f CI-210445.

### W. SERAFIM VENDE

Vende terreno com 200m² em condomínio fechado, localizado em Cascavel-PR, acesso pelo prolongamento da avenida Barão do Rio Branco, próximo ao Ceasa, sendo uma das regiões que mais cresce, o condomínio conta com portaria, salão de festas, estacionamento para visitantes, cerca elétrica, liberado para construção, com várias casas já em andamento, ótima opção para investimento ou para construção de seu lar, com uma linda vista da cidade, por apenas 180 mil. CI-210462.

## Área Rural

### W. SERAFIM VENDE

Vende área com 12 alq. em Santa Tereza do Oeste com 9 alq. mec. por apenas 2.100sc o alq. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-210449.

### W. SERAFIM VENDE

Vende sitio de 15 alq. na Estrada rio da Paz com aprox. 12 alq. mec. por R\$ 4.800.000 o alq. Para maiores informações 9 9922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-210452.

### W. SERAFIM VENDE

Vende chácara em Cascavel a aprox. 3 km da BR 277, ótima localização com casa de alvenaria, casa de madeira, reserva de mata nativa, apenas 2.500 sc. de soja por alq. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210444.

### W. SERAFIM VENDE

Vende chácara de 2 alq. sendo área de pastagem excelente para sua futura CASA DE CAMPO por apenas 700 mil, aceita troca até 60% do valor. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210446.

### W. SERAFIM VENDE

Vende chácara de 20.000m² prox. Carlos Gomes, sentido Rio da Paz, sem benfeitorias, com rio no fundo, sendo uma área plana mecanizada e com uma reserva de mata nativa por apenas R\$ 950mil. F: (45) 99922-7904. Willian Serafim CRECI 19806f CI-210443.

### W. SERAFIM VENDE

Vende sitio de 10 alq. proximo PR 180, com aprox. 7 alq. mec. por apenas R\$ 360.000 o alq. Para maiores informações 9 9922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f CI-210453.

### W. SERAFIM VENDE

Vende fazenda de 50 alq. com aprox. 10 alq. mec. em Santa Tereza, bem localizada, por apenas 45.000 sc de soja, podendo ser negociado, entrada mais 3 anos. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210456.

### W. SERAFIM VENDE

Vende chácara com área de 5.000m² com matrícula individual, sendo aprox. 3 km do asfalto, ótima para moradia ou lazer, estrada boa, topografia com leve declive, por apenas 750 mil. F: (45) 99922-7904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210454.

### W. SERAFIM VENDE

Vende chácara de 6,5 alq. com aprox. 4,5 alq. mec. em Cascavel, próximo do asfalto, excelente localização, bom de água. Por apenas 3.500 sacas de soja por alq. sendo um total de 22.750 sacas, forma de pagamento entrada de 50% mais 1 ano. F: (45) 999227904 Willian Serafim CRECI 19806f. CI-210458.

## Utilidade Pública

### SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

**GIRUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME, CNPJ: 05.619.876/0001-34** torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra (IAT) o **Requerimento de Renovação da Licença de Operação** para Fabricação de embalagens e artefatos de material plástico, a ser implantada na Rua Sérgio Gaspareto, 546, lote 013A, quadra 0001- Condomínio Industrial - Albino Nicolau Schmitd - CEP 85.804-608, Cascavel/PR.

**SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**A IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA, CNPJ: 01.787.793/0020-66** torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a **Licença de Instalação - LI**, com validade de 21/08/2025, para a atividade de Distribuidora de Combustível situada à Rodovia BR-277, S/N - 85823-000 - Cascavel/PR.

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

**A IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA, CNPJ: 01.787.793/0020-66** torna público que irá requerer ao IAT, a **Licença de Operação** para a atividade de Distribuidora de Combustível instalada à Rodovia BR-277, S/N - 85823-000 - Cascavel/PR.

**COOPERATIVA HABITACIONAL AMIGOS DE CASCAVEL**  
CNPJ 85.053.627/0001-63  
Rua Marechal Floriano, 3518 Fone/Fax: (45) 3226-7785  
CEP 85.806-380 Cascavel - Pr

**COHAMIC**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**  
CNPJ 85.053.627/0001-63

O Diretor Presidente da COHAMIC - Cooperativa Habitacional Amigos de Cascavel, Sr. ULICE SCUSIATTO, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os senhores cooperados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de Março de 2024, a Rua Recife, 2770, Bairro Coqueiral, Cascavel/PR, às 18h00min horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados, ou às 19h00min horas, em segunda convocação com a metade mais 01 (um) dos cooperados, ou ainda, em terceira convocação às 20h00min horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

- 1- Prestação de Contas do Conselho de Administração, referente ao exercício de 2023;
- Apresentação do Balanço do Exercício de 2023;
- Parecer do Conselho Fiscal.
- 2- Eleição e posse do Conselho Fiscal:
  - Formação de Chapas;
  - Posso do Conselho Fiscal.
- 3- Marcar a data da Assembleia de sorteio das unidades.
- 4- Reajuste do Pró-Labore do Diretor Presidente.
- 5- Assuntos Gerais.

Cascavel, 12 de Março de 2024.

ULICE SCUSIATTO  
DIRETOR PRESIDENTE

CI1227639-E24

**PRECISANDO DE JORNAIS?**

Para ajudar na mudança

Para evitar a bagunça na pintura

Para o seu animal de estimação... você entendeu

Pra embalar aqueles itens que você quer cuidar

**Entre em contato**  
**(45) 94485-0512**

**3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS**

Rua Paraná, 2.864, Edifício Itapoã, Sala 15, Centro – CEP 85.810-010  
Cascavel – Paraná – Fone/Fax (45) 3225.5511  
E-mail: intimacoes@3sricascavel.com.br / 3sricascavel@3sricascavel.com.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PROTOCOLO 192.833 (IN01083405C)

INTERESSADA: EMANUELLY TALITA PAULUS CARVALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO: 15 DIAS ÚTEIS). ANTONIO ARTUR DE SOUZA SAMPAIO, Oficial do 3º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel/PR, de acordo com as atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei Federal n. 9.514/97 INTIMA a pessoa de EMANUELLY TALITA PAULUS CARVALHO - CPF: \*\*\*.677.689-\*\*, com domicílio incerto e ignorado, a pedido do credor: Itaú Unibanco S/A, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da última publicação do presente edital, efetue o pagamento diretamente na agência detentora do crédito imobiliário ou compareça na sede do 3º Serviço de Registro de Imóveis desta comarca, com endereço da Rua Paraná, 2864, Sala 15, Edifício Itapoã, Centro, Cascavel/PR, para efetuar o pagamento das parcelas em atraso referente ao contrato registrado sob o R.04 da matrícula: 66.664, que importam em R\$8.424,85 na data de 07/03/2024, cujo valor será atualizado até a data do pagamento. A dívida se refere ao débito das parcelas em atraso existentes junto a credora acima mencionada, com origem no contrato registrado na matrícula acima indicada. O presente edital é publicado por três dias, em atendimento ao contido no §4º do artigo 26 da Lei Federal 9.514 de 20/11/1997. Após a última publicação e transcorrido o prazo acima, e não tendo o intimado efetuado o pagamento do saldo devedor do financiamento, a requerimento da credora será promovida a averbação de consolidação da propriedade e a consequente transferência do domínio para o nome da mencionada credora.

Cascavel, 12 de Março de 2024.

Antonio Artur de Souza Sampaio  
Oficial

Documento Assinado Digitalmente  
ANTONIO ARTUR DE SOUZA  
SAMPALIO  
CPF: 22519858915 - 12/03/2024

CI1227610-E24



**COOPERTRACVEL**

COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE CASCAVEL  
CNPJ: 07.744.010/0001-80 Fone: (45) 3227-4584 INSCR. EST. 903.58593-54

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

COOPERTRACVEL – COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE CASCAVEL, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro Jurídico em Cascavel, Paraná, estabelecida à Rua Diogo Giovanni Matei, 879, Bairro Siena, inscrita no CNPJ sob nº 07.744.010/0001-80, através do Diretor Presidente Sr. VANDERSON TIAGO SIEBAUER, a Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 23 de março de 2024 no seguinte endereço: Rua Ônix nº 1067 no Jardim Siena. A instalação da Assembleia será realizada às 14:00 horas, em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em segunda convocação às 15:00 horas, com metade mais um dos cooperados em condições de votar, e em terceira e última convocação às 16:00 horas, com no mínimo 10 (Dez) cooperados em condições de votar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Prestação de contas relativas ao exercício de 2023, compreendendo:
  - a) Demonstrações Contábeis,
  - b) Parecer do Conselho Fiscal,
- 2) Eleição da nova diretoria para o Biênio 2024 a 2025
- 3) Outros Assuntos

Nota: Para efeito de quórum, declara-se que o número de cooperados é de 33 (Trinta e três).

Cascavel, PR, 13 de março de 2024

*Vanderson Tiago Siebauer*

VANDERSON TIAGO SIEBAUER

Diretor Presidente

Rua Diogo Giovanni Matei, 879 - Jardim Siena, Cascavel – PR CEP: 85806-565



**COOPERTRACVEL**

COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE CASCAVEL  
CNPJ: 07.744.010/0001-80 Fone: (45) 3227-4584 INSCR. EST. 903.58593-54

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

COOPERTRACVEL – COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE CASCAVEL, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro Jurídico em Cascavel, Paraná, estabelecida à Rua Diogo Giovanni Matei, 879, Bairro Siena, inscrita no CNPJ sob nº 07.744.010/0001-80, através do Diretor Presidente Sr. VANDERSON TIAGO SIEBAUER, a Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 23 de março de 2024 no seguinte endereço: Rua Ônix nº 1067 no Jardim Siena. A instalação da Assembleia será realizada às 15:00 horas, em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) do número de cooperados em condições de votar, em segunda convocação às 16:00 horas, com metade mais um dos cooperados em condições de votar, e em terceira e última convocação às 17:00 horas, com no mínimo 10 (Dez) cooperados em condições de votar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Alteração de endereço da Sede da Cooperativa;
- 2) Outros Assuntos

Nota: Para efeito de quórum, declara-se que o número de cooperados é de 33 (Trinta e três).

Cascavel, PR, 13 de março de 2024

*Vanderson Tiago Siebauer*

VANDERSON TIAGO SIEBAUER

Diretor Presidente

CI1227638-E24

Rua Diogo Giovanni Matei, 879 - Jardim Siena, Cascavel – PR CEP: 85806-565

**Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste**

AV. PARANÁ, Nº 61 - CNPJ: 80.882.095/0001-53 FONE/FAX (45) 3124-1000 - CEP 85825-000  
e-mail: prefeitura@santatereza.pr.gov.br

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 003/2024**  
**PROCESSO 016/2024**

O Município de Santa Tereza do Oeste – Pr, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, que se encontra disponível para retirada, o edital da **CONCORRENCIA ELETRONICA N.º 003/2024**, tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa para execução infraestrutura do Loteamento Industrial Osmar Ranguetti, no Município de Santa Tereza do Oeste, contemplando serviços preliminares de limpeza, escavação em 1ª categoria, regularização e compactação de subleito, pavimentação, sinalização, rede de distribuição de água, rede de galerias pluviais e passeio público, conforme as especificações técnicas e de quantidades descritas no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, constantes do edital de licitação.

Data de abertura: dia 22 de abril de 2024.

HORÁRIO: 09:00 horas.

LOCAL: www.bl.org.br 'Acesso Identificado no link - licitações'

RETIRADA DO EDITAL: O Edital e seus respectivos anexos poderão ser retirados, junto ao departamento de licitações ou solicitados em [licitacao2@santatereza.pr.gov.br](mailto:licitacao2@santatereza.pr.gov.br) ou em:

<http://santatereza.pr.gov.br/servicos/licitacoes/>

CI1227635-E24

**MUNICIPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR**

**AVISO**  
**DISPENSA ELETRÔNICA 002/2024**  
**(Processo Administrativo n.º 029/2024)**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

**OBJETO**

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de filmagem e transmissão ao vivo com 3 câmeras 4k, locação de sonorização profissional completa, locação de iluminação cênica, painel de led para o evento VI Capitão Fight, conforme solicitação n.º 039/2024 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais).**

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

De 13/03/2024 às 8h

Até 18/03/2024 às 8h

**PERÍODO DE LANCES**

De 18/03/2024 às 08h

Até 18/03/2024 às 14h

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

CI1227634-E24

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ**

CNPJ: 00.944.673/0001-08  
Endereço: Av. Brasil, nº 11.368 - Bairro: FAG - CEP: 85.806.000 - Cascavel - PR  
Fone: 45 3220-4850  
Site: www.cisp.com.br

**EXTRATO DE CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

CONTRATO Nº 31/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: CISP

CONTRATADO: ATITUDE AMBIENTAL LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO

PRAZO: 11/03/2024 a 11/03/2025

DATA DA ASSINATURA: 11/03/2024

ASSINATURAS: VLADEMIR ANTONIO BARELLA

VALDEMAR JOSÉ SPIELMANN

CI1227636-E24

\* Documentos na íntegra disponíveis no site do CISP - [www.cisp.com.br](http://www.cisp.com.br).

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ**

CNPJ: 00.944.673/0001-08  
Endereço: Av. Brasil, nº 11.368 - Bairro: FAG - CEP: 85.806.000 - Cascavel - PR  
Fone: 45 3220-4850  
Site: www.cisp.com.br

**EXTRATO DE CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023

CONTRATO Nº 31/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: CISP

CONTRATADO: FUFA PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: ADITIVO DE LOTE

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2024

ASSINATURAS: VLADEMIR ANTONIO BARELLA

MAICON RICARDO SARDA

CI1227640-E24

\* Documentos na íntegra disponíveis no site do CISP - [www.cisp.com.br](http://www.cisp.com.br).

**GOVERNO MUNICIPAL**  
**Campo Bonito**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024  
Processo Adm: Nº 02/2024

**Objeto:** Contratação de empresa com profissionais especializados em arbitragem para atuar nos eventos esportivos sob responsabilidade da secretaria Municipal de Esportes e Turismo.

Empresas vencedoras valor total: R\$ 181.145,00 (cento e oitenta e um mil e cento e quarenta e cinco reais):

**H L MANICA LTDA** – CNPJ 43.633.330/0001-27, com os lotes: 3, 4, 7, 8 no valor total de R\$ 113.120,00 (cento e treze mil e cento e vinte reais).

**J C ZIGER ARBITRAGEM E TERRAPLENAGEM** – CNPJ 29.409.986/0001-30, com os lotes: 1, 2, 6 no valor total de R\$ 52.275,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e setenta e cinco reais).

**PAPAGAIO PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME** – CPNJ 19.582.124/0001-50, com os lotes: 5 no valor total de R\$ 15.750,00 (quinze mil e setecentos e cinquenta reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE CAMPO BONITO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o(a)s Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

CAMPO BONITO, 13 de março de 2024

*Mário Weber*

Mário Weber

Prefeito Municipal

CI1227637-E24

**Prefeitura Municipal de Virmond**

**Estado do Paraná**

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74  
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2024-PMV**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Município de Virmond, Estado do Paraná, através de sua Pregoeira, com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar n.º 123/2006, torna público que fará realizar-se às **14H00MIN DO DIA 28 DE MARÇO DE 2024**, na sede da Prefeitura Municipal, a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2024-PMV, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO NOTEBOOK, MOUSE E MALETA PARA NOTEBOOK, DESTINADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.**

**SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:**  
<https://www.licitanet.com.br/>

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). A íntegra do edital poderá ser obtida através do site <<https://www.licitanet.com.br/>> ou endereço eletrônico: <http://virmond.pr.gov.br>, ou na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND, situada na AV. XV de Novembro, 608, centro – Virmond/PR, CEP nº 85390-000, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30hs às 17:00hs ou através do e-mail: [licitacaovirmond@hotmail.com](mailto:licitacaovirmond@hotmail.com).

VIRMOND, 13 DE MARÇO DE 2024.

ELAINE LOPES MUSIKA

CI1227641-E24

ASSESSORA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº 01/2024.**

O MUNICIPIO DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, sob o regime de EMPREITADA GLOBAL, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e pelas disposições estabelecidas neste Edital, conforme abaixo.

**OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM C.B.U. Q DE PARTE DA ESTRADA DA COMUNIDADE DE JABUTICABAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 24/04/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 08:30 horas do dia 24/04/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 24/04/2024.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL.**

MODO DE DISPUTA: Aberto

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: **R\$ 1.357.280,21 (Um Milhão e Trezentos e Cinquenta e Sete Mil e Duzentos e Oitenta Reais e Vinte e Um Centavos).**

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bl.org.br>.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: 08:30 Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Diamante do Sul (<https://diamantedosul.pr.gov.br/>); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Diamante do Sul, situado à Av. Getúlio Vargas S/N E/OU no Portal BLL Compras (<http://www.bl.org.br>).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Getúlio Vargas S/N - Diamante do Sul, E/OU por meio do Telefone (45) 3230-1239 - Ramal Zou e-mail [licitacao@diamantedosul.pr.gov.com](mailto:licitacao@diamantedosul.pr.gov.com) ou <https://www.bl.org.br>, [https://pncp.gov.br/app/editais?g=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?g=&status=recebendo_proposta&pagina=1)

Diamante do Sul-PR, 13 de março de 2024.

CRISTINA SANTOS NERI  
Agente de Contratação

CI1227642-E24



ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

A.E.E.L.V.

Parecer do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS, no exercício da competência atribuída pelo Estatuto Social, examinaram as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em nossa opinião, os documentos acima apresentados representam, em todos os seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Entidade, naquela data, bem como a vinculação financeira vinculada no exercício, pelo que, somos de parecer que os mesmos estão aptos a serem aprovados pela Assembléia Geral.

Cascavel PR, 11 de Março de 2024.

Isabelle Maria Ireno Conselho Fiscal

Tiago Candido das Chagas Conselho Fiscal

Rua Marechal Cândido Rondon, 3530 - Bairro Cascavel - CEP 85.813-720 - Cascavel - PR - Fone/Fax: (45) 3038-0337 / 3038-1314

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019

ATIVO

Table with columns: CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Circulante, Disponível, Caixa, Bancos e aplicações, Outros créditos, Realizável a execução, Não circulante, Investimentos, Imobilizado, and Total do Ativo.

Handwritten signature and stamp of Evandro Vignola, Contador, CRC PR 46510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019

PASSIVO

Table with columns: CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Circulante, Contribuições a recolher, Fgts a recolher, Impostos a recolher, Ordenados a pagar, Exigível a longo prazo, Patrimônio líquido, Patrimônio social, Superávit/déficit do exercício, and Total do Passivo.

Handwritten signature and stamp of Evandro Vignola, Contador, CRC PR 46510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, E 31/12/2019

Table with columns: CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Receita operacional bruta, Receita operacional líquida, Lucro bruto, Despesas, Deficit/superávit operacional líquido, Resultado não operacional, and Superávit líquido do exercício.

Handwritten signature and stamp of Evandro Vignola, Contador, CRC PR 46510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - LEVANTADO EM 31/12/2023 A 31/12/2019

Table with columns: METODO DIRETO, ANO BASE 2023, ANO BASE 2022, ANO BASE 2021, ANO BASE 2020. Rows include Atividades operacionais, Atividades de investimento, Atividades de financiamentos, Atividades pré-operacionais, and Variação de caixa.

Handwritten signature and stamp of Evandro Vignola, Contador, CRC PR 46510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS LEVANTADA DE 31/12/2019 A 31/12/2023

Table with columns: CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include Origens de recursos, Aplicações de recursos, and Diminuição/redução do capital circulante líquido.

Handwritten signature and stamp of Evandro Vignola, Contador, CRC PR 46510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2019 A 31/12/2023

Table with columns: CONTAS, PATRIMÔNIO SOCIAL, AJUSTE EXERC. ANTERIORES, SUPERÁVIT/ DÉFICIT EXERCÍCIO, TOTAL. Rows include Saldo em 31/12/2019, Ajustes exerc. Anteriores, Saldo em 31/12/2020, Ajustes exerc. Anteriores, Saldo em 31/12/2021, Ajustes exerc. Anteriores, Saldo em 31/12/2022, Ajustes exerc. Anteriores, Saldo em 31/12/2023.

Handwritten signature and stamp of Evandro Vignola, Contador, CRC PR 46510-7

C11227648-E24



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 10/2024
Processo Administrativo Nº 18/2024
Tipo: Menor Preço por Item.

O MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA torna público que às 09h30min do dia 02 de abril de 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil - BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link - licitações", realizará licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço unitário, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO, EM ATENDIMENTO ÀS EDIFICAÇÕES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Voluntários da Pátria, 1600, Centro, Ramilândia, Paraná - Telefone (45) 3258 8000 - e-mail: licitacoes@ramilandia.pr.gov.br.

O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no site do Município de Ramilândia/PR (https://www.ramilandia.pr.gov.br/), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacoes@ramilandia.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Ramilândia, 12/03/2024

EDSON DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

C11227644-E24



Município de Iguatu

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº. 012/2024

Objeto: Constitui o presente objeto à aquisição de dois veículos com destinação à Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu/PR.
Data da sessão de abertura: 28/03/2024.
Horário: 09h00min.
Valor estimado: R\$ 245.939,99 (Duzentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos).
LOCAL: Bolsa Nacional de Compras - BNC https://bnc.org.br
Informações: (45) 3248-1090 ou por e-mail: licitacao@iguatu.pr.gov.br

Iguatu, 13 de março de 2024.

Vladimir Antonio Barella
Prefeito Municipal

C11227643-E24



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 11/2024
Processo Administrativo Nº 19/2024
Tipo: Menor Preço por Item.

O MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA torna público que às 09h30min do dia 03 de abril de 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil - BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link - licitações", realizará licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço unitário, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DE VEÍCULOS PERTENCENTES A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Voluntários da Pátria, 1600, Centro, Ramilândia, Paraná - Telefone (45) 3258 8000 - e-mail: licitacoes@ramilandia.pr.gov.br.

O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no site do Município de Ramilândia/PR (https://www.ramilandia.pr.gov.br/), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacoes@ramilandia.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Ramilândia, 12/03/2024

EDSON DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

C11227645-E24



Prefeitura Municipal Santa Tereza do Oeste

AV. PARANÁ, 61 - FONE/FAX: (45) 3231-1122 - CEP 85925-000 - SANTA TEREZA DO OESTE-PARANÁ
E-mail: steroeste@mtvnet.com.br

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 018/2022, DECORRENTE DO PREGAO PRESENCIAL N.009/2022.

CONTRATANTE: Município de Santa Tereza do Oeste

CONTRATADA: Andrade e Sales Transporte Escolar Ltda

OBJETO: Constitui objeto deste Termo, o reajuste dos valores constante Clausula Sétima do contrato n.018/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 009/2022, que passarão a ser fornecidos nos seguintes valores:

Table with columns: Item, Descrição, Valor praticado, Valor atualizado. Rows include Item 03 (Linha 3 - Vila União, Fazenda Andreioli, Assentamento Iapar, Águas Claras, Santa Maria) and Item 04 (Linha 4 - Mangabeira, Pedreira Trevo, Pessoto, Boi Preto e Planeta Bicho).

Santa Tereza do Oeste, 13 de março de 2024

C11227646-E24



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6419/2024
MUNICÍPIO DE UBIRATÃ: UASG 987933

OBJETO: Aquisição de Mobiliário (mesas e cadeiras plásticas) visando equipar os Centros Comunitários e os Projetos Sociais do Município de Ubitatã.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$-15.416,40 (quinze mil e quatrocentos e dezesseis reais e quarenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 27/03/2024 às 08H15MIN (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item

LOCAL: www.gov.br/compras.

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS: Sim

CONTATO: duvidaslicitacao@ubiratã.pr.gov.br.

O edital e seus anexos podem ser obtidos no Portal da Transparência do Município de Ubitatã e na plataforma www.gov.br/compras.

C11227649-E24

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 1 de 6

**ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010  
 Secretária Municipal de Comunicação Social

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

**EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 41/2024**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 5.698/2010,

**TORNA PÚBLICO**

1. O resultado da Banca de Verificação dos candidatos que se autodeclararam como Pessoas Pretas ou Pardas, de acordo com o item 5.5 do Edital de Abertura de Teste Seletivo nº 270/2023, convocados por meio do Edital nº 37/2024.

2. A relação dos candidatos que compareceram para a Banca de Verificação e tiveram suas autodeclarações deferidas pela Comissão de Verificação Fenotípica, conforme item 5.5 do Edital de Abertura, ou que apresentaram o Termo de Homologação no ato de sua inscrição, conforme item 5.2.1.1 do Edital de Abertura, adquirindo o direito à reserva de vagas, está disponível no Anexo I deste Edital e no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/teste-seletivo-n-2702023>.

2.1. A relação dos candidatos que não foram reconhecidos pela Comissão como pessoas de cor preta ou parda, ou que não compareceram à Banca de Verificação, de acordo com o Edital nº 37/2024, e que terão suas classificações relacionadas às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme previsto no item 5.7 do Edital de Abertura, está disponível no Anexo II deste Edital no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/teste-seletivo-n-2702023>.

3. O resultado preliminar dos candidatos que solicitaram a Reserva de Vagas PcD, nos termos do item 4 e subitem do Edital de Teste Seletivo nº 270/2023, de acordo com o Anexo III deste Edital, disponível no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/teste-seletivo-n-2702023>.

4. Quanto ao resultado preliminar da Banca de Verificação PPP e da Reserva de Vagas PcD caberá pedido de eventual recurso no período de 16 a 18 de março de 2024, desde que fundamentado e encaminhado através do link "LINK PARA RECURSO" disponível no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/teste-seletivo-n-2702023>.

5. Publique-se.

Cascavel/PR, 12 de março de 2024.

VANILSE DA SILVA POHL  
 Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

RENATO DA SILVA  
 Prefeito Municipal em Exercício

TATIANA WALESKA CARDOZO ZAROR  
 Presidente da Comissão Organizadora de Concursos

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 2 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 42/2024**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 5.698/2010,

**TORNA PÚBLICO**

1. O resultado da Banca de Verificação dos candidatos que se autodeclararam como Pessoas Pretas ou Pardas, de acordo com o item 5.5 do Edital de Abertura de Concurso Público nº 271/2023, convocados por meio do Edital nº 39/2024.

2. A relação dos candidatos que compareceram para a Banca de Verificação e tiveram suas autodeclarações deferidas pela Comissão de Verificação Fenotípica, conforme item 5.5 do Edital de Abertura, ou que apresentaram o Termo de Homologação no ato de sua inscrição, conforme item 5.2.1.1 do Edital de Abertura, adquirindo o direito à reserva de vagas, está disponível no Anexo I deste Edital e no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/concurso-publico-n-2712023>.

2.1. A relação dos candidatos que não foram reconhecidos pela Comissão como pessoas de cor preta ou parda, ou que não compareceram à Banca de Verificação, de acordo com o Edital nº 39/2024, e que terão suas classificações relacionadas às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme previsto no item 5.7 do Edital de Abertura, está disponível no Anexo II deste Edital no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/concurso-publico-n-2712023>.

3. O resultado preliminar dos candidatos que solicitaram a Reserva de Vagas PcD, nos termos do item 4 e subitem do Edital de Concurso nº 271/2023, de acordo com o Anexo III deste Edital, disponível no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/concurso-publico-n-2712023>.

4. Quanto ao resultado preliminar da Banca de Verificação PPP e da Reserva de Vagas PcD caberá pedido de eventual recurso no período de 18 a 19 de março de 2024, desde que fundamentado e encaminhado através do link "LINK PARA RECURSO" disponível no endereço eletrônico: <https://cascaavel.atende.net/subportal/concursos-e-testes-seletivos/pagina/concurso-publico-n-2712023>.

5. Publique-se.

Cascavel/PR, 12 de março de 2024.

VANILSE DA SILVA POHL  
 Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

RENATO DA SILVA  
 Prefeito Municipal em Exercício

TATIANA WALESKA CARDOZO ZAROR  
 Presidente da Comissão Organizadora de Concursos

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 3 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 215/2024 - GAB**

O PREFEITO DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e de conformidade com o processo protocolado sob o nº 59.728/2022, resolve

**APLICAR**

SUSPENSÃO, convertida em multa de 21 (vinte e um) dias consecutivos, no período de 21/02/2024 a 12/03/2024, ao servidor ERASMO VICENTE DE OLIVEIRA, matrícula nº 25.326-1, ocupante do cargo de Educador Social - Masculino, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme termos do art. 208, IV da Lei Municipal nº 2.215/1991 e art. 238 desta, fundamentando o art. 430, § 2º da Lei Federal nº 8.112/1990.

GABINETE DO PREFEITO  
 Cascavel, 07 de março de 2024.

RENATO DA SILVA  
 Prefeito em Exercício

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 3 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 215/2024 - GAB**

O PREFEITO DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e de conformidade com o processo protocolado sob o nº 59.728/2022, resolve

**APLICAR**

SUSPENSÃO, convertida em multa de 21 (vinte e um) dias consecutivos, no período de 21/02/2024 a 12/03/2024, ao servidor ERASMO VICENTE DE OLIVEIRA, matrícula nº 25.326-1, ocupante do cargo de Educador Social - Masculino, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme termos do art. 208, IV da Lei Municipal nº 2.215/1991 e art. 238 desta, fundamentando o art. 430, § 2º da Lei Federal nº 8.112/1990.

GABINETE DO PREFEITO  
 Cascavel, 07 de março de 2024.

RENATO DA SILVA  
 Prefeito em Exercício

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 3 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 215/2024 - GAB**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 58 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSIDERANDO O PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 5.192, de 13 de dezembro de 2017 e alterações, decreta:

Art. 1º: EXONERAR, a partir de 04/03/2024, NILTON MIGUEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 38.019-1, do cargo em comissão de Assessor de Planejamento, símbolo D02, lotado no Território Cidadão - Cascavel Desenvolvimento Territorial.

Art. 2º: NOMEAR, a partir de 14/03/2024, ELIZANDRA DAYANA MULLER CABRAL, RG nº 993082-PR, para o cargo em comissão de Assessor de Planejamento, símbolo D02, lotado no Território Cidadão - Cascavel Desenvolvimento Territorial.

Art. 3º: EXONERAR, a partir de 14/03/2024, ANA PAULA RAMOS CAMARGO, matrícula nº 31.180-2, do cargo em comissão de Assessor de Planejamento, símbolo D02, lotada no Gabinete do Secretário na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 4º: NOMEAR, a partir de 14/03/2024, ANNA CAROLINA COSTA ARCANGELO, RG nº 99898-PR, para o cargo em comissão de Assessor de Planejamento, símbolo D02, lotada no Gabinete do Secretário na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º: Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO  
 Cascavel, 12 MAR 2024

THIAGO DAROSS STEFANELLO  
 Secretário Mun. da Casa Civil

VANILSE DA SILVA POHL  
 Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

RENATO DA SILVA  
 Prefeito em Exercício

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 4 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 220/2024 - GAB**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, resolve,

**EXONERAR**

Os servidores a seguir relacionados, em virtude de nomeação e posse em outro cargo público, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO ANTERIOR	CARGO	NOVO CARGO	
				PORT. NOMEAÇÃO	POSSE
24.457-1	GRAZIELLI MAGALI RODRIGUES FOGACA	Zelador	Agente de Apoio	40/2024-GAB	01/02/2024
28.263-2	ANGELICA SILVA DE DEUS	Agente de Apoio	Professor	40/2024-GAB	01/02/2024
31.843-4	ELISANE ALVES DE MORAIS OLIVEIRA PERALTA	Secretária(a) de Escola	Professor	86/2024-GAB	01/02/2024
32.436-3	MARIZA APARECIDA DA ROSA MAFRA DE GODES	Agente de Apoio	Professor de Educação Infantil	40/2024-GAB	01/02/2024
32.463-4	BRUNA DYRSARZ DE LIMA ROSA	Agente de Apoio	Professor de Educação Infantil	88/2024-GAB	01/02/2024
32.773-3	JESSICA MASSUCATTO QUADRI	Professor de Educação Infantil	Professor	40/2024-GAB	01/02/2024
33.845-4	TAINARA LUNARDI BREVES	Secretária(a) de Escola	Professor	40/2024-GAB	01/02/2024
32.004-1	JOSIANE PIRES RODRIGUES	Zelador	Agente de Apoio	94/2024-GAB	20/02/2024
33.554-2	ADRIANA BENTO DOS SANTOS VIEIRA	Agente de Apoio	Professor	91/2024-GAB	01/02/2024

GABINETE DO PREFEITO  
 Cascavel, 08 de março de 2024.

VANILSE DA SILVA POHL  
 Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

RENATO DA SILVA  
 Prefeito em Exercício

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 5 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 220/2024 - GAB**

**QUARTO TERMO**  
**APOSTILAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE OBRAS/SERVIÇO NÃO COMUM DE ENGENHARIA Nº 230/2022**  
 Concorrência nº 031/2022  
 Contratante: MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
 Contratada: DRENO CONSTRUTORES - EIRELI

Objeto: Em cumprimento a Requisição de Aditivo Contratual nº 34/2024 emitida pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas, por meio do presente apostilamento aplica-se a correção do reajuste contratual no valor total de R\$331.319,01 (trezentos e trinta e um mil, trezentos e dezoito reais e um centavo), equivalente ao índice de 3,263159% (INCC-DI - FGV) acumulado no período de 11/2023 a 11/2023, passando o valor do contrato atualizado de R\$ 23.000.000,00 (Vinte e três milhões de reais) para R\$ 23.331.319,01 (Vinte e três milhões, trezentos e trinta e um mil, trezentos e dezoito reais e um centavo).

Cascavel/PR, 08 de março de 2024.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 5 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 220/2024 - GAB**

**DÉCIMO TERMO**  
**APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 269/2022 - SESAU**  
 Dispensa por Justificativa nº 63/2022  
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL  
 Contratada: CONSORCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU

Objeto: Em cumprimento ao solicitado através da Comunicação Interna nº 61/2024 emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, altera-se a dotação do contrato supramencionado, incluindo-se a dotação 432, elemento 337170 subelemento 3371703901, incluindo-se a dotação 434, elemento 337170 subelemento 3371703901.

Cascavel/PR, 05 de março de 2024.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 5 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 220/2024 - GAB**

**QUARTO TERMO**  
**APOSTILAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 093/2023**  
 Pregão Eletrônico nº 003/2023  
 Contratante: MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
 Contratada: VIDALIMP PRESTADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Objeto: REPAQUAÇÃO - Pelo presente termo e em conformidade com o Art. 56, inciso II, da Instrução Normativa 01/2018-SEPLAG e Parecer Normativo nº 03/2019-PGM, revisa-se o valor contratual, a partir de 01/02/2024, em razão da nova tarifa de transporte coletivo urbano, instituída pelo Decreto Municipal nº 17.722/2023 (fl. 938-938v), e revisa-se o valor contratual, a partir de 01/02/2024, promovendo o equilíbrio econômico financeiro do contrato, em razão da nova Convenção Coletiva de Trabalho - CCT PR000232/2024 (fls. 948-957), conforme solicitado por meio da Requisição Contratual nº 1277/2024, emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social (fls. 969-983); parecer técnico (fls. 965-969v); e planilhas de custo e formação de preços (fls. 939-945). A repactuação contratual supracitada gerará o seguinte impacto financeiro:

DESCRIÇÃO	ITEM	VALOR
Valor - Decreto Municipal nº 17.722/2023 - 01/02/2024 a 20/04/2024	1	R\$ 471,12
TOTAL		R\$ 492,96
Valor - reequilíbrio econômico financeiro CCT PR000232/2024 - 01/02/2024 a 20/04/2024	1	R\$ 27.236,82
TOTAL	2	R\$ 743,34
VALOR TOTAL DA REPAQUAÇÃO		R\$ 27.980,16
VALOR MENSAL ATUALIZADO - a partir de 01/02/2024	1	R\$ 121.970,04
	2	R\$ 4.647,02

Cascavel/PR, 05 de março de 2024.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CASCAVEL  
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 6 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 220/2024 - GAB**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - IPMC**  
**RESULTADO PROVA DE CONCEITO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024**

Objeto: Locação de Software de Gestão Previdenciária para RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

O IPMC informa que o resultado da Prova de Conceito da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar está disponível no site: <https://cascaavel.atende.net/cidadania/pagina/editais-ipmc> e na sede do IPMC sito a Rua São Paulo, 1577 - Centro, Cascavel/PR, 13 de março de 2024. Ediane Teresinha Dumke, Presidente da Comissão Especial para Prova de Conceito.

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 6 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 220/2024 - GAB**

**FUNDETEC**

**FUNDETEC - AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 - PROCESSO Nº 06/2024** - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEIÇÃO DE MÓVEL PARA SER USADO NA ESTÁÇÃO DE INOVAÇÃO HUB ONE. Sessão Pública: 28 de março de 2024, às 09h00. Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) UASG Nº 456782. Tipo: Menor Preço Por Item. Valor Total da Licitação: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). O edital de licitação e demais informações relativas ao certame estarão disponíveis para acesso por qualquer interessado no Portal da Fundetec: [www.fundetec.org.br](http://www.fundetec.org.br) e no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Cascavel, 13 de março de 2024.

Danielli Lima da Silveira  
 PREGOEIRA

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
 Edição Ordinária - Nº 3742 - Ano XV - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo  
 14 de março de 2024 - Página 6 de 6

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**  
**PORTARIA Nº 220/2024 - GAB**

**ERRATA: EXTRATO PORTARIA ADMINISTRATIVA 032/2024** - publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Cascavel, 06 de março, Edição Ordinária nº 3734 - Ano XV - Caderno 1, Página 12 - Objeto: Permissão de uso de ATP - ÁREA TERMINAL DE PASSAGEIROS - SALA DE APOIO, com área de 14,00m² (quatorze metros quadrados), destinada exclusivamente à atividade de Exploração dos serviços de Transporte Aéreo Regular, conforme Art. 39, inciso III, 40 caput da Lei 7.565 de 19 de dezembro de 1986. - Aplicam-se ao contrato, as legislações inerentes aos bens imóveis da União, Decretos, Regulamentos e Portarias baixadas pelo Comando da Aeronáutica e Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Sendo este de caráter precário e oneroso pelo período de 12 (doze) meses, ao atendimento de passageiros do Aeroporto Regional do Oeste - Coronel Adalberto Mendes da Silva - SBCA, onde se lê: "SALA DE APOIO, com área de 14,00m² (quatorze metros quadrados)". Leia-se: "SALA DE APOIO, com área de 14,00m² (quatorze metros quadrados), e ÁREA DE MANUTENÇÃO, com área de 70,00m² (setenta metros quadrados)."

C11227662-E24

**MUNICÍPIO DE MARIPÁ**  
 ESTADO DO PARANÁ  
 Rua Luiz de Camões, 437 - CEP 85.955-000 - Fone/Fax: (44) 3687-1262  
 e-mail: [governo@maripa.pr.gov.br](mailto:governo@maripa.pr.gov.br) / site: [www.maripa.pr.gov.br](http://www.maripa.pr.gov.br)  
 CNPJ 95.583.571/0001-02

**EXTRATO DE PUBLICAÇÕES**

**ERRATA**  
 No Edital nº 22/2024, publicado em 13 de março de 2024 no jornal "O PARANÁ", na página E3: ONDE SE LÊ:

Cargo	Ch / Semanal	Ac	PcD	Afro	Nível Salarial	Gradação Exigida
Professor Educação Especial	40	CR	CR	CR	RS2.464,70	Formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação em pedagogia ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente para exercício do cargo;

LEIA-SE:

Cargo	Ch / Semanal	Ac	PcD	Afro	Nível Salarial	Gradação Exigida
Professor Educação Especial	20	CR	CR	CR	RS2.464,70	Formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação em pedagogia ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente para exercício do cargo;

PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS EM, 13 de março de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

**PORTARIA Nº 121/2024**  
 Dispõe sobre a autorização para concessão de diárias e de outras providências. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, em 13 de março de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

**PORTARIA Nº 122/2024**  
 NOMEAR, o cidadão ELTON STIBBE, portador do CPF nº 076.XXX.XXX-18, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DO SETOR DE DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DAS ORQUÍDEAS E DO CENTRO DE EVENTOS, símbolo CC-06, a partir da data de 14 de março de 2024. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, em 13 de março de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

**PORTARIA Nº 123/2024**  
 NOMEAR, a cidadã JOSIELLE FRIEDEL, portadora do CPF nº 044.XXX.XXX-80, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA SEÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ARTÍSTICO-CULTURAL, símbolo CC-06, a partir da data de 14 de março de 2024. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, em 13 de março de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

**PORTARIA Nº 124/2024**  
 DESCLASSIFICAR, a candidata ERICA DA SILVA SILVEIRA DE SOUZA, convocada para o cargo temporário de Auxiliar Administrativo, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, aberto pelo Edital nº 134/2023 de 20 de setembro de 2023, convocada através do Edital nº 21/2024 de 12 de março de 2024, publicado no Jornal "O Paraná" em 13 de março de 2024, por ter assinado o termo desistindo, abrindo vaga para nova convocação por ordem de classificação. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, 13/março/2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

**LEI Nº 1.327, DE 13 DE MARÇO DE 2024 - LEGISLATIVO**  
 Dispõe sobre a alteração da Lei nº 1.246, de 02 de junho de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional da Câmara de Vereadores do Município de Maripá e dá outras providências. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, em 13 de março de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

**LEI Nº 1.328, DE 13 DE MARÇO DE 2024 - LEGISLATIVO**  
 Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Maripá, correspondente ao exercício financeiro de 2024, e dá outras providências. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, em 13 de março de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

**LEI Nº 1.329, DE 13 DE MARÇO DE 2024 - LEGISLATIVO**  
 Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos Vereadores e Presidente do Poder Legislativo de Maripá. PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS, em 13 de março de 2024. RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, Prefeito.

Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico do Município de Maripá - Endereço: [www.maripa.pr.gov.br](http://www.maripa.pr.gov.br).

**MUNICÍPIO DE MARIPÁ**  
 ESTADO DO PARANÁ  
 Rua Luiz de Camões, 437 - CEP 85.955-000 - Fone/Fax: (44) 3687-1262  
 e-mail: [governo@maripa.pr.gov.br](mailto:governo@maripa.pr.gov.br) / site: [www.maripa.pr.gov.br](http://www.maripa.pr.gov.br)  
 CNPJ 95.583.571/0001-02

**EXTRATO DE PUBLICAÇÕES**

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATOS**

**Contrato nº 109/2023.** Aditivo nº 1/2024. Tipo Aditivo: Suspensão do prazo de execução. Contratante: MUN. DE MARIPÁ. Contratada: LEGO CONSTRUTORA EIRELI. Processo: 129/2023. Tomada de Preços: 01/20/2023. Objeto: contratação de empresa especializada no ramo para construção de garagem do parque de máquinas Pérola Independente no Município de Maripá/PR. Vigência: Início: 23/01/2024. Assinatura: 23/01/2024.

**Contrato nº 001/2023.** Aditivo nº 5/2024. Tipo Aditivo: Acréscimo (meta física) e valor. Contratante: MUNICÍPIO DE MARIPÁ. Contratada: INVOCLAVE PALOTINA LTDA. Processo: 177/2022. Pregão: 113/2022. Objeto: vigilância eletrônica através de monitoramento remoto dos prédios públicos do Município de Maripá/PR e manutenção dos equipamentos que compõem o sistema de alarme e câmeras. Vigência: Início: 14/02/2024. Término: 02/01/2025. Assinatura: 14/02/2024.

**Contrato nº 006/2023.** Aditivo nº 5/2024. Tipo Aditivo: Acréscimo (meta física) e valor. Contratante: MUNICÍPIO DE MARIPÁ. Contratada: DINAMICA SERVICOS - CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA. Processo: 167/2022. Pregão: 108/2022. Objeto: prestação de serviço de fornecimento de mão de obra de servente de limpeza geral, para utilização pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Maripá/PR. Vigência: Início: 15/02/2024. Término: 08/02/2025. Assinatura: 15/02/2024. Valor: R\$ 31.594,00 (trinta e um mil quinhentos e noventa e quatro reais).

**Contrato nº 135/2022.** Aditivo nº 2/2024. Tipo Aditivo: Prorrogação de prazo de vigência. Contratante: MUNICÍPIO DE MARIPÁ. Contratada: MINERPAL COMÉRCIO DE MATERIAIS E PAVIMENTAÇÃO LTDA. Processo: 125/2022. Concorrência: 003/2022. Objeto: Ciclovia com pavimentação asfáltica em CBUQ, área total de 6.440,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Vigência: Início: 21/02/2024. Término: 14/08/2025. Assinatura: 21/02/2024.

**Contrato nº 012/2023.** Aditivo nº 2/2024. Tipo Aditivo: Prorrogação. Contratante: MUNICÍPIO DE MARIPÁ. Contratada: FISIOCLEAN CENTRO DE SAÚDE LTDA. Processo: 181/2022. Pregão: 116/2022. Objeto: realizar tratamento terapêutico em equoterapia para atendimento de pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou necessidades especiais, com déficit motor, autismo, bem como às pessoas com distúrbios evolutivos e/ou comportamentais que necessitem do tratamento, conforme demanda da Secretaria de Saúde do Município de Maripá/PR. Vigência: Início: 22/02/2024. Término: 23/02/2025. Assinatura: 22/02/2024.

**Contrato nº 015/2023.** Aditivo nº 2/2024. Tipo Aditivo: Prorrogação. Contratante: MUN. MARIPÁ. Contratada: TWD MEDICAL SERVIÇOS LTDA. Processo: 001/2023. Pregão: 001/2023. Objeto: realizar diagnóstico à distância pr/ realização de exames de eletrocardiograma para atender a dem. do Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Saúde no Mun. de Maripá. Vigência: Início: 01/03/2024. Término: 17/03/2025. Ass. 26/02/2024.

**Contrato nº 006/2023.** Aditivo nº 6/2024. Tipo Aditivo: Repactuação. Contratante: MUNICÍPIO DE MARIPÁ. Contratada: DINAMICA SERVICOS - CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA. Processo: 167/2022. Pregão: 108/2022. Objeto: prestação de serviço de fornecimento de mão de obra de servente de limpeza geral, para utilização pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Maripá/PR. Vigência: Início: 28/02/2024. Término: 08/02/2025. Assinatura: 28/02/2024.

**Contrato nº 035/2023.** Aditivo nº 1/2024. Tipo Aditivo: Prazo de execução e vigência. Contratante: MUNICÍPIO DE MARIPÁ. Contratada: LIDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA. Processo: 182/2022. Concorrência: 004/2022. Objeto: prestação de serviços especializados de consultoria para a Revisão do Plano Diretor Municipal. Vigência: Início: 01/03/2024. Término: 24/07/2025. Assinatura: 01/03/2024.

**Contrato nº 109/2023.** Aditivo nº 2/2024. Tipo Aditivo: Retomada do prazo de execução. Contratante: MUN. DE MARIPÁ. Contratada: LEGO CONSTRUTORA EIRELI. Processo: 129/2023. Tomada de Preços: 01/20/2023. Objeto: contratação de empresa especializada no ramo para construção de garagem do parque de máquinas Pérola Independente no Mun. de Maripá. Vigência: Início: 06/03/2024. Término: 29/11/2024. Ass. 06/03/2024.

Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico do Município de Maripá - Endereço: [www.maripa.pr.gov.br](http://www.maripa.pr.gov.br).

C11227652-E24

**Prefeitura Municipal de Virmond**  
 Estado do Paraná  
 CNPJ nº 95.587.622/0001-74  
 Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2024-PMV**  
**Regência: Lei 14.133/2021**

A Prefeitura Municipal de Virmond, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, Senhor Neimar Granoski, tendo em vista o disposto na Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, torna público que fará realizar-se às **14h00min do dia**

**MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE**  
 CNPJ: 78.101.821/0001-01 Rua Rui Barbosa, 202- Centro- Fone/Fax (045)3267-8000 ESTADO DO PARANÁ.  
 DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
**PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 028/2023**  
 Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de artesanato para atender as oficinas de artesanato desenvolvidas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Secretaria de Assistência Social do município de Vera Cruz do Oeste - PR.  
 Vera Cruz do Oeste, 13 de março de 2024.

Kéli Fatima Trevisol  
 Pregoeira  
**PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 030/2023**  
 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais para a manutenção de pontes no Município de Vera Cruz do Oeste - PR.  
 Vera Cruz do Oeste, 13 de março de 2024.

Kéli Fatima Trevisol  
 Pregoeira  
**PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 071/2023**  
 Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as Escolas Municipais e Centro de Educação Infantil do Município de Vera Cruz do Oeste - PR.  
 Vera Cruz do Oeste, 01 de março de 2024.

Kéli Fatima Trevisol  
 Pregoeira  
**ERRATA AO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2024**  
 No processo de dispensa eletrônica, na forma da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 cujo objeto é **Contratação de Empresa para Reforma da Sala no prédio da Rodoviária municipal para futuras instalações do posto DETRAN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos**, publicado no dia 12 de março de 2024 em Diário Oficial Eletrônico do Município e no Jornal O Paraná, onde:  
 Realizada no dia  
 Lê-se: 18/03/2024;  
 Realizada no dia  
 Lê-se: 20/03/2024.  
 DISPENSA ELETRÔNICA  
 Lê-se: Nº 003/2024;  
 DISPENSA ELETRÔNICA  
 Lê-se: Nº 90003/2024;

CI1227651-E24 DOCUMENTOS NA ÍNTEGRA, NO DIÁRIO OFICIAL  
 SITE: <http://www.veracruz.pr.gov.br>

**MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PARANÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 \*DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA**

O Município de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.052/0001-04, sediado na Avenida Santos Dumont, 2021, Área Central - Serranópolis do Iguaçu - PR, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, no formato **ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o "Menor Preço Por Item", no modo de disputa "ABERTO E FECHADO", visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2024 e seus anexos. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, se dará exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal: **Bolsa de Licitações do Brasil - BLL** no endereço <https://bllcompras.com>, conforme datas e horários definidos abaixo: **DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO Das 07:30 horas do dia 14/03/2024 às 07:30 horas do dia 28/03/2024. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS Das 07:30 horas às 08:00 horas do dia 28/03/2024. DATA E HORÁRIO DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS às 08:00 horas do dia 28/03/2024. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).** O valor estimado para esta contratação será de **R\$ 217.845,00 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais)**. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, e que suas cópias poderão ser obtidas no Departamento de Licitação e Contratos, no endereço supracitado, em qualquer dia útil e durante o horário normal de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, ou no site do município através do link: <http://transparencia.serranopolis.pr.gov.br:8081/portaltransparencia/licitacoes>, bem como, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, ainda, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL <https://bllcompras.com>. Quaisquer informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: [licitacao@serranopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@serranopolis.pr.gov.br), bem como no Departamento de Licitação e Contratos ou pelo telefone/WhatsApp: (45)3236-8300/ (45)3236- 8338.

CI1227653-E24 Serranópolis do Iguaçu - PR, 13 de março de 2024.  
**GILBERTO MARSARO** - Prefeito em exercício

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DO PARANÁ**  
 CNPJ: 00.944.673/0001-08  
 Endereço: Av. Brasil, nº 11.368 - Bairro: FAG - CEP: 85.806.000 - Cascavel - PR  
 Fone: 45 3220-4850  
 Site: [www.cisop.com.br](http://www.cisop.com.br)

**AME PARANÁ**  
 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

**CISOP**

EXTRATO DE CONTRATO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021**  
**TERCEIRO TERMO ADITIVO**  
**CONTRATO Nº 129/2021**  
**CONTRATANTE: CISOP**  
**CONTRATADO: REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO**  
**OBJETO: MENOR APRENDIZ**  
**VALOR: R\$ 20.77320**  
**DATA DA ASSINATURA: 27/02/2024**  
**ASSINATURAS: VLADEMIR ANTONIO BARELLA**  
**ALINE DARIA FERREIRA** CI1227657-E24

\* Documentos na íntegra disponíveis no site do CISOP - [www.cisop.com.br](http://www.cisop.com.br).

**GOVERNO MUNICIPAL**  
**Campo Bonito**

Extrato de publicação  
**PREGÃO ELETRÔNICO - 03/2024**  
**Nº PROC. ADM. 13/2024**

Extrato de licitação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO, de acordo com a regulamentação Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I realizará PREGÃO ELETRÔNICO "REGISTRO DE PREÇOS" sendo conduzido pelo condutor ÉDIPAO A. DE PAULA NEVES e tendo como autoridade MARIO WEBER.

**PUBLICAÇÃO: 13/03/2024 14:59**  
**INÍCIO REC. PROPOSTA: 14/03/2024 08:00**  
**FIM REC. PROPOSTA: 26/03/2024 08:55**  
**INÍCIO DISPUTA: 26/03/2024 09:01**  
**TIPO DE LANCE: MENOR LANCE**  
**TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO E FECHADO**  
**EXCLUSIVO ME: SIM**  
**VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 724.367.0000**

**OBJETO DO PROCESSO**  
 Registro de preço para eventual contratação de empresa do ramo para execução de oficinas de teatro, dança, artesanato, aulas de música, serviço de som com equipe de cantores e outras, conforme edital. Objetivando o desenvolvimento dos trabalhos dos das secretárias do Município.

**OBSERVAÇÕES DO PROCESSO**  
**SUORTE AO FORNECEDOR (41) 3097-4600 contato@bll.org.br**  
 Para demais informações contato via e-mail: [licitacao@campobonito.pr.gov.br](mailto:licitacao@campobonito.pr.gov.br), telefone: 4532331282 ou acessar pelo link: <https://bllcompras.com>

ÉDIPAO A. DE PAULA NEVES  
 CAMPO BONITO-PR - 13/03/2024

CI1227654-E24

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSOCIAÇÃO DO LAÇO E MONTARIAS - COMUNIDADE MELISSA**

Por intermédio do presente edital, convoca-se todos os interessados para assembleia geral de fundação de uma associação para diversão e lazer, com laços e montarias em animais, a realizar-se em:

**DATA - 24 de fevereiro de 2023**  
**LOCAL - Salão de Festa da igreja católica**  
**ENDEREÇO - Comunidade rural da Melissa - Nova Aurora, Pr.**

**COM OS SEGUINTE ASSUNTOS:**

1º - Leitura, análise e aprovação do estatuto social;  
 2º - Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;  
 3º - Aprovação da constituição da associação;  
 4º - Assuntos gerais.

Nova Aurora, em 08 de fevereiro de 2023.

*Lidio F. da Silva*  
 Lidio Fernandes da Silva  
 RG nº 13.346.524-3  
 CPF nº 012.019.429-50

CI1227663-E24

**MUNICÍPIO DE CÉU AZUL** CI1227659-E24  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2024 - Ref. Pregão nº. 1/2024 - Forma Eletrônico**  
**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**FORNECEDOR: DIAS E DANETTE LTDA - ME**  
**OBJETO: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de alimentação acondicionada em recipiente de isopor - marmix e lanches, para servidores municipais durante a execução de serviços no interior do município, ações ou campanhas, ou ainda em atividades além do expediente (a vigência do registro de preços será por 12 meses). A relação detalhada dos serviços e preços registrados encontra-se a disposição para consulta pública no site: [www.ceuazul.pr.gov.br](http://www.ceuazul.pr.gov.br)**  
**VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 83.778,87**  
**PRAZO VIGÊNCIA: 06/03/2025**  
**ASSINATURAS: LAURINDO SPEROTTO, IEDA MARIA DANETTE**

**MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2024 - Ref. Pregão nº. 1/2024 - Forma Eletrônico**  
**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**FORNECEDOR: 53.329.674 JOICE ALINE CAMELO DA CRUZ**  
**OBJETO: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de alimentação acondicionada em recipiente de isopor - marmix e lanches, para servidores municipais durante a execução de serviços no interior do município, ações ou campanhas, ou ainda em atividades além do expediente (a vigência do registro de preços será por 12 meses). A relação detalhada dos serviços e preços registrados encontra-se a disposição para consulta pública no site: [www.ceuazul.pr.gov.br](http://www.ceuazul.pr.gov.br)**  
**VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 55.807,15**  
**PRAZO VIGÊNCIA: 07/03/2025**  
**ASSINATURAS: LAURINDO SPEROTTO, JOICE ALINE CAMELO DA CRUZ**

**MUNICÍPIO DE LINDOESTE** CI1227655-E24  
 E-mail: [pm@lindoeste.pr.gov.br](mailto:pm@lindoeste.pr.gov.br)  
 AV. Marechal Cândido Rondon, s/n - Telefex (45) 3237-8000  
 CEP 85826-000 LINDOESTE PARANÁ  
 CNPJ 80.881.915/0001-92

**EXTRATO DE PUBLICAÇÕES**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** Processo Licitatório nº 122/2023 -Concorrência Pública nº 006/2023, objeto é a Seleção de melhor plano de trabalho visando a concessão de uso de barracão do Município de Lindoeste, verificou-se como vencedora do certame a seguinte empresa: EMPRESA CNPJ ARF COMERCIO DE SUCATAS LTDA; 78.203.618/0001-09 Assim, pelo certame ter contemplado aos princípios licitatórios, nos termos da Lei, ADJUDICADO e HOMOLOGADO o resultado da presente licitação, para que surtam os devidos efeitos. Atue-se. Publique-se. Lindoeste, 19 de janeiro de 2024. David Pereira Andrade Prefeito Municipal Lindoeste/PR

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 O MUNICÍPIO DE LINDOESTE, Estado do Paraná, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, será realizado no dia 27/03/2024, às 09h00min PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO por item, cujo objeto é o Registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de: PROTÊSES DENTÁRIAS, endereço eletrônico <http://www.lindoeste.pr.gov.br>, <https://bnc.org.br/> ou ainda através do e-mail: [licitacao@lindoeste.pr.gov.br](mailto:licitacao@lindoeste.pr.gov.br). Lindoeste, 13 de março de 2024. Wilson Karpaczak Pregoeiro Portaria nº 002/2024**

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 O MUNICÍPIO DE LINDOESTE, Estado do Paraná, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, torna público que será realizado no dia 27/03/2024, às 11h00min, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO por item, cujo objeto é o Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de COMESTÍVEIS, para manutenção da frota Municipal de LINDOESTE/PR endereço eletrônico <http://www.lindoeste.pr.gov.br>, <https://bnc.org.br/> ou ainda através do e-mail: [licitacao@lindoeste.pr.gov.br](mailto:licitacao@lindoeste.pr.gov.br). Lindoeste, 13 de março de 2024. Wilson Karpaczak Pregoeiro Portaria nº 002/2024**

Ata de Registro de Preços Nº: 06/2024 Objeto: Aquisição de Registro de Preço para produtos de PANIFICAÇÃO - Licitação Nº: PR/2024 Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Lindoeste Fornecedor: ESTER DA SILVA SILVEIRA GARLET (20.634.541/0001-89) Valor: R\$ 168.170,00 (cento e sessenta e oito mil e setenta e sete reais) Vigência: Início: 13/03/2024 Término: 13/03/2025

Ata de Registro de Preços Nº: 07/2024 Objeto: Registro de Preço para eventuais aquisições de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR. Licitação Nº: PR/2024 Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Lindoeste Fornecedor: 1984 - ESTER DA SILVA SILVEIRA GARLET (20.634.541/0001-89) 3862 - MERCADO BACH LTDA (27.696.320/0001-84) Valor: R\$ 537.292,40 (quinhentos e trinta e sete mil e duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos) Vigência: Início: 13/03/2024 Término: 13/03/2025

**DECRETO Nº 061/2024, Data: 13/03/2024, Resumo: Prorroga a validade do Decreto 159/2023 que delega atribuições de Procurador Jurídico do Município ao Assessor Jurídico Municipal e dá outras providências. Ass. SILVIO DE SOUZA - Prefeito de Lindoeste PT.**

Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico do Município de Lindoeste em [www.lindoeste.pr.gov.br](http://www.lindoeste.pr.gov.br) - edição 1647.

**MUNICÍPIO DE MARIPÁ**  
 ESTADO DO PARANÁ  
 Rua Luiz de Camões, 437 - CEP 85955-000 - Fone/Fax: (44) 3687-1262  
 e-mail: [governo@maripa.pr.gov.br](mailto:governo@maripa.pr.gov.br) / site: [www.maripa.pr.gov.br](http://www.maripa.pr.gov.br) - maripa.atenda.net  
 CNPJ 95.583.571/0001-02

**EDITAL Nº 23/2024**  
 Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, aberto pelo Edital de Processo Seletivo nº 134/2023 de 20 de setembro de 2023 e dá outras providências.  
 O Prefeito do Município de Maripá, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final do processo seletivo, publicado pelo Edital nº 143/2023 em 03 de novembro de 2023,

**RESOLVE:**

Art.1º - Convocar, respeitando a ordem rigorosa de classificação o candidato abaixo relacionado:

INSC.	CANDIDATO	CLASS	CARGO
008	PATRICIA PAOLA TOMADON STEFANELLO	4ª	Auxiliar Administrativo

Art. 2º - Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Maripá, no período de 14 de março de 2024 a 20 de março de 2024, em horário normal de expediente.  
 Art. 3º - Determinar que o candidato convocado apresente a documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber:

- 01 Foto digital (enviar email [rh@maripa.pr.gov.br](mailto:rh@maripa.pr.gov.br)).
- Fotocópia Carteira profissional (CTPS)
- Qualificação cadastral (E-social) <http://consultacadastral.ins.gov.br>
- Fotocópia da Cédula de Identidade
- Fotocópia do CPF/MEF
- Fotocópia do Certificado Militar
- Fotocópia do Título de Eleitor e do último comprovante de votação.
- Fotocópia do Registro Civil (casamento ou nascimento).
- Fotocópia da Certidão Nascimento, Caderneta de vacinação para dependentes com idade menor de 6 anos, Declaração Matrícula ou Freqüência escolar para dependentes de 7-14 anos de idade e CPF de todos os dependentes.
- Fotocópia do comprovante de escolaridade mínima exigida e habilitação legal para o exercício do cargo.
- Certidão negativa de antecedentes criminais (fornecida no Fórum).
- Declaração de acúmulo de cargo ou emprego público (modelo no Dpto de RH)
- Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar (modelo no Dpto de RH).
- Cópia da Declaração de Imposto de Renda ou Declaração de Bens atualizada (Lei Federal nº 8.429/92)
- Documentos complementares, conforme exigido no edital.

O não comparecimento do candidato acima mencionado, na data e horário previsto neste Edital implicará na perda da vaga e consequente desclassificação.

PALÁCIO DAS ORQUÍDEAS  
 EM, 13 de março de 2024.

*Rodrigo Antônio Schanoski*  
 Rodrigo Antônio Schanoski  
 Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

CI1227656-E24

**MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**CONTRATO Nº. 131/2023 - Aditivo nº. 1**  
**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**  
**CONTRATADO(A): CONSTRUTORA SENGGER LTDA**  
**OBJETO: Execução de obras compreendendo: Lote 1 - Ampliação da Capela Mortuária do Bairro União; Lote 2 - Reforma do Centro Com. do Bairro São Cristóvão; Lote 3 - Reforma da Escola Municipal Olavo Bilac; Lote 4 - Reforma da Escola Municipal Tancredino Neves;**  
**ALTERAÇÃO: a) promover o aditivo de metáfora de serviços no percentual de 20,04% no valor de R\$ 4.066,03 (Quatro mil sessenta e seis reais e três centavos), conforme planilha de itens de serviços constantes no Anexo I do presente Aditivo.**  
**VIGÊNCIA: 19/12/2024**  
**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.**  
**DATA DA ALTERAÇÃO: 11/03/2024**  
**VALOR DO ADITIVO: R\$ 4.066,03 (quatro mil e sessenta e seis reais e três centavos)**  
**ASSINATURAS: LAURINDO SPEROTTO e Valci Senger**

CI1227658-E24

**O Paraná**  
 Pensando em vender seu imóvel?

**ANUNCIE NOS CLASSIFICADOS DO JORNAL O PARANÁ E AUMENTE SUAS CHANCES DE FAZER UM BOM NEGÓCIO.**

**ONDE TODOS PODEM SER SUPER HERÓIS INCLUSIVE VOCÊ!**

**Ajude nosso trabalho a continuar: [apaecascavel.com.br](http://apaecascavel.com.br)**

**APAE CASCVEL - PR**

# CECM Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 02.221.155/0001-83 - NIRE 41.300.015.767

## Demonstrações Financeiras 2023

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

**Senhores Acionistas:** A Administração da CECM Concessões S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de sua acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **Mensagem da Administração:** A CECM Concessões S.A. ("CECM" ou "Companhia"), foi constituída em 21 de outubro de 1997, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico e tendo por objeto social (a) a exploração, sob o regime de concessão e mediante percepção de pedágio e receitas acessórias, das rodovias referidas no Contrato de Concessão nº 076/97, firmado entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR com base na Concorrência Internacional nº 006/96 Lote 006, cabendo-lhe realizar toda e qualquer conduta, direta ou indiretamente, relacionada com o cumprimento do aludido contrato, inclusive a participação no capital social de outras sociedades; e (b) a participação no capital de outras pessoas jurídicas na qualidade acionista ou sócia, exclusivamente como forma de atingir o objeto descrito no item (a) acima. O Contrato de Concessão assinado em 14 de novembro de 1997 possuía prazo final em 28 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para CECM Concessões S.A., (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participações acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de

serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a CECM Concessões agradece também a confiança de seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados:** Considerando que o contrato de concessão da Companhia, encerrou-se em 28 de novembro de 2021, a Administração da Companhia não apresenta valores comparativos, uma vez que em 2023 não houve operação relacionada ao contrato de concessão. **Operacionais:** Conforme descrito acima, não há dados operacionais no ano de 2023. **Econômicos e Financeiros - Receita Bruta e Líquida:** Em 2023, não houve valores de receita bruta e/ou líquida. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$2,2 milhões em 2023. Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Ebitda:** Em 2023, o EBITDA atingiu R\$2,2 milhões negativos. **Resultado Financeiro:** O resultado

financeiro líquido foi negativo em R\$0,3 milhão, redução de R\$ 20,0 milhões em relação ao ano anterior, devido, principalmente, aos juros ativos sobre debêntures privadas contabilizado no ano de 2022. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Prejuízo Líquido do Exercício:** Em 2023, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$2,5 milhões. **Disponibilidade Financeira:** A Companhia encerrou dezembro de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa de R\$6,4 milhões. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$72,6 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da CECM Concessões S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Cascavel - PR, 13 de março de 2024.

A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.833	1.039		
Aplicações financeiras	6	1.561	36		
Tributos a recuperar		3.177	9.166		
Despesas antecipadas		13	28		
Partes relacionadas	11	2.491	3.618		
Outros créditos		104	1.003		
Total do ativo circulante		12.179	14.890		
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	7	508	626		
Total do ativo não circulante		508	626		
<b>Total de ativo</b>		<b>12.687</b>	<b>15.516</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Em 1º de janeiro de 2021	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros			Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal	Orçamento de Capital	Dividendos não distribuídos		
		163.641	524	14.897	-	-	40.463	219.525
Capitalização conforme AGE 07/07/2022		524	(524)	-	-	-	-	-
Capitalização conforme AGE 07/07/2022		14.169	-	(14.169)	-	-	-	-
Redução de capital conforme AGE 07/07/2022		(174.693)	-	-	-	-	-	(174.693)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(40.463)	(40.463)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	2.152	2.152
Destinação do lucro:								
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,15 por ação)	14.e)	-	-	-	-	-	(538)	(538)
Constituição de reserva - orçamento de capital	14.e)	-	-	1.614	-	-	(1.614)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>3.641</b>	<b>-</b>	<b>728</b>	<b>1.614</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.983</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>		<b>3.641</b>	<b>-</b>	<b>728</b>	<b>1.614</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.983</b>
Reserva de dividendos não distribuídos	14.d)	-	-	-	-	538	-	538
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(2.515)	(2.515)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>3.641</b>	<b>-</b>	<b>728</b>	<b>1.614</b>	<b>538</b>	<b>-</b>	<b>4.006</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CECM Concessões S.A. ("CECM" ou "Companhia"), foi constituída em 21 de outubro de 1997, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico e tendo por objeto social (a) a exploração, sob o regime de concessão e mediante percepção de pedágio e receitas acessórias, das rodovias referidas no Contrato de Concessão nº 076/97, firmado entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR com base na Concorrência Internacional nº 006/96 Lote 006, cabendo-lhe realizar toda e qualquer conduta, direta ou indiretamente, relacionada com o cumprimento do aludido contrato, inclusive a participação no capital social de outras sociedades; e (b) a participação no capital de outras pessoas jurídicas na qualidade acionista ou sócia, exclusivamente como forma de atingir o objeto descrito no item (a) acima. O Contrato de Concessão assinado em 14 de novembro de 1997 possuía prazo final em 27 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para CECM Concessões S.A., (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participações acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo Ecorodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tórtona - Itália. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em 27 de novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas de seu balanço patrimonial (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis e trabalhistas e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e abajados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praça de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e a sede onde estava localizada a Companhia e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados não reversíveis, tais como: hardwares, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e outros (classificados como Ativo Imobilizado) e softwares (classificados como Ativo Intangível), foram vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês) Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo Ecorodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo Ecorodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da Ecorodovias. O objetivo do Grupo Ecorodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e

em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo Ecorodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo Ecorodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderem ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo Ecorodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo Ecorodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso de a Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: Alteração ao IAS 1/CPIC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judge-

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	15	(2.178)	(13.564)
<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>		<b>1</b>	<b>(724)</b>
Prejuízo Operacional		(2.177)	(14.288)
Receitas financeiras	16	1.571	20.682
Despesas financeiras	16	(1.909)	(1.069)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(338)</b>	<b>19.613</b>
<b>Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(2.515)</b>	<b>5.324</b>
Corrente	11.b)	-	(1.109)
Diferido	11.a)	-	(2.064)
Imposto de renda e contribuição social	10	-	(3.173)
<b>Lucro/(prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(2.515)</b>	<b>2.152</b>
<b>Lucro/(prejuízo) líquido por ação - básico e diluído (em reais)</b>	17	<b>(0,75)</b>	<b>0,02</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(2.515)	2.152
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(2.515)</b>	<b>2.152</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro Líquido do exercício	(2.515)	2.152
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	-	271
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	1.541
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	2.791	1.298
Atualização monetária de depósitos judiciais	(22)	(30)
Provisão e atualização monetária acordo de Leniência/ Ex-executivos colaboradores	49	167
Tributos diferidos	-	2.064
Juros ativos - debêntures privadas/mútuo	(375)	(19.429)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	1.109
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	-	74
Tributos a recuperar	5.989	(2.014)
Despesas antecipadas	15	20
Depósitos judiciais	140	252
Outros créditos	899	561
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	121	(5.450)
Obrigações sociais e trabalhistas	(105)	(3.242)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(15)	(798)
Partes relacionadas - fornecedores	(32)	(400)
Pagamentos de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(2.073)	(2.593)
Pagamento acordo de Leniência/Ex-executivos colaboradores	-	(4.940)
Pagamento de obrigações com poder concedente	(323)	(44)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.109)
Outras contas a pagar	(727)	(4.418)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>3.817</b>	<b>(34.958)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Partes Relacionadas - Debêntures privadas/mútuo	1.502	251.832
Aplicações financeiras	(1.525)	92
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(23)	251.924
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Redução de capital	-	(174.693)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(44.152)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(218.845)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>	<b>3.794</b>	<b>(1.879)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.039	2.918
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.833	1.039
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>	<b>3.794</b>	<b>(1.879)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ments", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPIC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras

... continuação

**CECM CONCESSÕES S.A.** - CNPJ/MF nº 02.221.155/0001-83 - NIRE 41.300.015.767

formas preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A taxa de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 16). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir decasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-arrendatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de

caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.: O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e) Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação: O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. f) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (função de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. g) Participação dos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

**4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**Política contábil:** A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	2	3
Equivalentes de caixa.....	-	-
Fundo de investimento (a).....	4.719	699
Operações compromissadas (b).....	-	189
Aplicações automáticas (c).....	112	148
	<u>4.833</u>	<u>1.039</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2022 carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,9% aplicações em Cotas de Fundo). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remunerados à taxa 85% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2023 não existem valores alocados nessa modalidade), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. (c) A Companhia possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	1.530	36
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	31	-
	<u>1.561</u>	<u>36</u>

(a) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (b) Em 31 de dezembro 2023, s recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

**7. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Cível.....	30	21
Trabalhista.....	478	605
	<u>508</u>	<u>626</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas nas Nota 13 Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	626	848
Adições.....	41	258
Baixas.....	(181)	(510)
Atualização monetária.....	22	30
Saldo no fim do exercício.....	<u>508</u>	<u>626</u>

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Montantes envolvidos			Outras informações				
			Data início	Data final	Total	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Receita financeira s/ Mtuos	Custo	Garantias	Posição contratual	
a).....	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	01/12/2021	01/12/2024	12.692	2.491	-	29/12/2024	375	-	N/A	Credor
	Total em 31 de dezembro de 2023				2.491	-			375	-		
	Total em 31 de dezembro de 2022				<u>3.618</u>	<u>32</u>			<u>19.429</u>	<u>2.155</u>		

(a) Contrato de mútuo entre CECM S.A e a mutuaría Ecorodovias Concessões e Serviços, controladora direta, com taxa 100% do CDI + 1,80% a.a. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 em R\$138. Para o exercício de 2023 não há remuneração a ser paga a administradores, conforme deliberado na AGO de 18 de abril de 2023. A remuneração de seu diretor estatutário é feita pela sua coligada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. A remuneração provisionada aos administradores no exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

**8. IMOBILIZADO**

**Política contábil:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado. Não existem movimentações de imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Máquinas e equipamentos						Total
	Hardwares	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros		
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Custo</b>						
Saldos em 31/12/2021.....	13.629	2.999	1.314	65	96	2.427	20.530
Baixas (a).....	(13.629)	(2.999)	(1.314)	(65)	(96)	(2.427)	(20.530)
Saldos em 31/12/2022.....	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Depreciação</b>						
Saldos em 31/12/2021.....	(13.073)	(2.369)	(1.195)	(52)	-	(2.219)	(18.908)
Adições.....	(123)	(71)	(12)	(8)	-	(59)	(273)
Baixas.....	13.196	2.440	1.207	60	-	2.278	19.181
Saldos em 31/12/2022.....	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Residual</b>						
Em 31/12/2022.....	556	630	119	13	96	208	1.622
Em 31/12/2021.....	-	-	-	-	-	-	-

(a) De acordo com a Nota 1, os bens do ativo imobilizado foram vendidos e/ou doados para instituições beneficentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**9. INTANGÍVEL**

**Política contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão era reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estavam disponíveis para uso, já que esse método era o que melhor refletia o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Não existem movimentações de intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Contratos de Concessão (a)		Intangível em andamento ©		Software de terceiros		Direito de Uso - CPC06 (R2)		Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(b)	-	-	-	(d)	-	-	-	-
	<b>Custo</b>								
Saldos em 31/12/2021.....	436.093	-	-	2.438	1.699	440.230	-	-	-
Baixas.....	(88)	-	-	(2.438)	-	(2.526)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	436.005	-	-	-	1.699	437.704	-	-	-
	<b>Amortização</b>								
Saldos em 31/12/2021.....	(436.093)	-	-	(2.159)	(1.699)	(439.951)	-	-	-
Adições.....	88	-	-	(86)	-	2	-	-	-
Baixas.....	-	-	-	2.245	-	2.245	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	(436.005)	-	-	-	(1.699)	(437.704)	-	-	-
	<b>Residual</b>								
Em 31/12/2022.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2021.....	-	-	-	279	-	279	-	-	-

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendiam basicamente a Infraestrutura Rodoviária. (b) Não houve amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve capitalização referente a encargos financeiros de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

(a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(2.515)	5.324
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada..	855	(1.810)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores.....	-	(13)
Juros sobre capital próprio.....	-	-
Acordo de Leniência.....	(16)	(57)
Despesas indutíveis.....	(2)	(5)
Incentivos fiscais (PAT).....	-	12
Créditos tributários não constituídos (a).....	(738)	(1.606)
Outros.....	(99)	306
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	-	(3.173)
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	-	1.109
Impostos diferidos.....	-	2.064
Taxa efetiva.....	0%	59,60%

(a) Em razão da finalização do Contrato de Concessão, não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal, em virtude de não haver expectativa de realização futura.

b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	-
Despesa IR/CS DRE.....	-	1.109
Total de IR/CS pagos.....	-	(1.109)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS.....	-	-

**11. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis). Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

## ... continuação

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável).....	-	110
Remun. com base em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> ).....	-	-
Seguro de vida.....	1	1
Assistência saúde.....	-	15
Previdência privada.....	-	-
FGTS.....	-	9
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> )).....	-	30
	<u>-</u>	<u>165</u>

## 12. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas:.....		
Verba Polícia Rodoviária (a).....	1	324
	<u>1</u>	<u>324</u>
Circulante.....	1	324

(a) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	324	368
Pagamento do principal.....	(32)	(44)
Saldo no final do exercício.....	<u>1</u>	<u>324</u>

b) **Informações adicionais:** Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a CECM, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), sua controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL"), e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Atualmente, o processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação, antes de dar início a fase de produção de provas. Em 12 de agosto de 2019, a EIL e suas Controladas ECS e as Concessionárias do Paraná celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da EIL e de suas Controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens "I" (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e "m" (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e técnico, a RDC provisionou R\$10.124 (novembro/23) a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo. No tocante à divergência referente à modalidade de aplicação da metodologia de precificação pela tabela SICRO para o custo dos investimentos executados, o MPF proferiu decisão negando a tese da EIL, motivo pelo qual a EIL vem conduzindo o encaminhamento do tema com o MPF. Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a EIL recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A EIL e sua Controlada apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa R\$27.570 para a CECM; (2) determinar a condenação solidária da ECS; (3) impor à empresa (CECM e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 a Companhia apresentou recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida, a EIL apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador, que aguarda julgamento. Em agosto/2020, foi proposta por CECM a Ação Ordinária - 5040685-63.2020.4.04.7000 - 1VF Curitiba - visando atacar alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. Aguarda-se julgamento do processo. Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face da Concessionária em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e de grau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. CECM propuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interpôs recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação antes do julgamento dos recursos. Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra CECM e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das Concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselho Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE. A Companhia detectou a distribuição de uma nova Ação Civil Pública, ajuizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR e Estado do Paraná em face da RDC Concessões S.A., Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. - ECS e da Companhia, ajuizada em 05 de janeiro de 2023. As partes não foram citadas da presente demanda, a qual tramita sob sigilo. Entretanto, foi possível identificar que a referida Ação Civil Pública foi distribuída por dependência à Ação Popular proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Anilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR. Nesta referida Ação Popular se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Tal Ação Popular teve o pedido de tutela liminar indeferido e o feito foi encaminhado ao SISTCON do TRF4 para tentativa de conciliação. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a Companhia classifica a probabilidade de perda como remota. **Seguros contratados:** A Companhia contratou Seguro Garantia para execução de obras do Acordo de Leniência. Em 31 de dezembro de 2023, as apólices e coberturas, são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Construção.....	31/08/2024	HDI Seguros	6.530
			<u>6.530</u>

## 13. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

**Política contábil:** A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e

	31/12/2023	31/12/2022
uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:		
	<b>Ambientais</b>	<b>Cíveis (a)</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2023.....	-	4.390
(+/-) Complemento de provisão.....	-	480
(-) Pagamentos.....	7	(1.782)
(+) Atualização monetária.....	-	1.546
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	<u>-</u>	<u>4.634</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 1º de janeiro de 2022.....	5.152	867
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	(124)	362
(-) Pagamentos.....	(1.641)	(952)
(+) Atualização monetária.....	1.003	57
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	<u>4.390</u>	<u>4.724</u>

(a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$4.565 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.016 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. (b) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$607 (R\$857 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a Companhia estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

	31/12/2023	31/12/2021
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício.....	(2.515)	2.152
Constituição da reserva legal.....	-	-
(Prejuízo acumulado)/Base de cálculo dos dividendos.....	<u>(2.515)</u>	<u>2.152</u>

Proposta da Administração:  
Reserva orçamento de capital..... (1.614)  
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 14.d)..... (538)

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal.....	732	1.900
Conservação e manutenção.....	271	1.079
Serviços de terceiros (a).....	499	9.161
Seguros.....	29	179
Depreciações e amortizações (Nota 8 e 9).....	-	271
Locação de imóveis e máquinas.....	5	90
Outros custos e despesas operacionais.....	642	884
	<u>2.178</u>	<u>13.564</u>

Classificados como:  
Custo dos serviços prestados..... -  
Despesas gerais e administrativas..... 2.178 13.564

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria.

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras.....	631	190
Atualização monetária depósitos judiciais.....	22	30
Juros sobre mútuo (Nota 11).....	375	3.856
Receita sobre debêntures privadas (Nota 11).....	-	15.573
Outras receitas financeiras.....	<u>543</u>	<u>1.033</u>
	<u>1.571</u>	<u>20.682</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras.....	(73)	230
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 13).....	(1.771)	(1.060)
Outras despesas financeiras.....	<u>(65)</u>	<u>(239)</u>
	<u>(1.909)</u>	<u>(1.069)</u>

Resultado financeiro, líquido..... (338) 19.613

## 17. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) **Lucro/(prejuízo) básico por ação:** O lucro/(prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) básico por ação.....	(2.515)	2.151
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação.....	<u>3.341</u>	<u>114.014</u>
Lucro/(prejuízo) básico por ação das operações continuadas.....	<u>(0,75)</u>	<u>0,02</u>

b) **Lucro/(prejuízo) diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações.

## 18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**Gestão de capital:** O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

**Índices de endividamento**

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a).....	1	324
Disponibilidade(b).....	(4.833)	(1.039)
Dívida líquida.....	(4.832)	(715)
Patrimônio líquido (c).....	3.468	6.521
Índice de endividamento líquido.....	<u>(1,39)</u>	<u>(0,11)</u>

(a) A dívida é definida como obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado na Nota 12. (b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, conforme detalhado na Nota 5. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações finan-

ceiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 101,8% em 31 de dezembro de 2023 do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2022 era 99,6% do CDI). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a).....	4.833	4.833
Aplicações financeiras (a).....	1.561	1.561
Passivos:		
Fornecedores (b).....	1.166	1.166
Obrigações com Poder Concedente (c).....	1	1

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos da rubrica "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) Os passivos de arrendamento e as obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico..	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão, rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro...	Risco de mercado, crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro e;
Compliance.	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexadas a variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações:

• Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços; • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e empreendimentos da Companhia. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava valores a receber registrados na rubrica "Contas a receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade** - Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		cenário I provável	cenário II	cenário III
Juros de aplicações financeiras.....	Alta do CDI	473	591	709
Juros a incorrer, líquidos.....		<u>473</u>	<u>591</u>	<u>709</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	cenário I provável	cenário II 25%	cenário III 50%
CDI (a).....	9,15%	11,44%	13,73%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## 19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou atividades que não envolveram caixa.

## 20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consistia na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia era dentro do território brasileiro, as receitas eram provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribuía de forma significativa para as receitas da Companhia.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos: **MARCELLO GUIDOTTI** (Presidente do CA)  
**RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES**  
**ROBERTO BORGES PAIVA**

## DIRETORIA

Diretor Presidente - **RUI JUAREZ KLEIN**  
Dir. Superintendente - **SÍLVIO CALDAS**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ** - CRC 1PR050369/O-4 T° PR

... continuação

CECM CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.221.155/0001-83 - NIRE 41.300.015.767

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

CECM Concessões S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da CECM Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CECM Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizou em novembro de 2021 e, portanto, a Companhia não tem mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

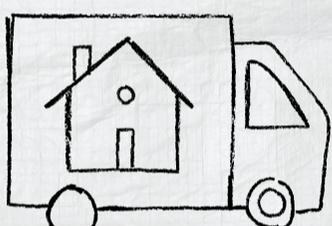
São Paulo, 13 de março de 2024



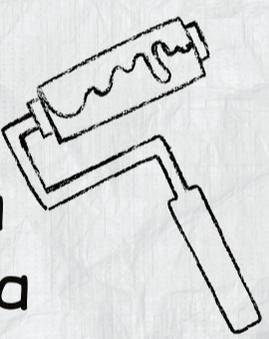
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

# PRECISANDO DE JORNAIS?



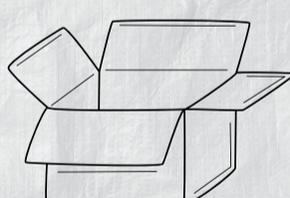
Para ajudar na mudança



Para evitar a bagunça na pintura



Para o seu animal de estimação... você entendeu



Para embalar os itens que você quer cuidar

📞

Entre em contato

📞

(45)44485-0512

## Destine seu Imposto de Renda à Uopecan!

Contribua com o tratamento de crianças e adultos com câncer.

Aponte a câmera para o QRCode e saiba como contribuir!





ROARR!



HOSPITAL DO CÂNCER  
**UOPECCAN**  
*Dedicação pela vida!*



## RDC Concessões S.A.

(anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas)

CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89 - NIRE 41.300.015.775

## Demonstrações Financeiras 2023

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

**Senhores Acionistas:** A Administração da RDC Concessões S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

#### Mensagem da Administração

A RDC Concessões S.A. ("RDC" ou "Companhia"), foi constituída em 03 de novembro de 1997 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, e tendo por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 - DER/PR (o "Contrato de Concessão"), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 27 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para RDC Concessões S.A.; (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, sala 4, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participa-

ções acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a RDC agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados:** Considerando que o contrato de concessão da Companhia, encerrou-se em 27 de novembro de 2021, a Administração da Companhia não apresenta valores comparativos, uma vez que em 2023 não houve operação relacionada ao contrato de concessão. **Operacionais:** Conforme descrito acima, não há dados operacionais no ano de 2023. **Econômicos e Financeiros: Receita Bruta e Líquida:** Em 2023, não houve valores de receita bruta e/ou líquida. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$4,8 milhões em 2023. Para mais informações sobre os Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 15 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA:** Em 2023, o EBITDA atingiu R\$14,9 milhões negativos. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi de R\$0,7 milhão

positivo, redução de R\$15,5 milhões em relação a 2022, devido, principalmente, aos juros ativos sobre as debêntures privadas contabilizados no exercício de 2022. Para mais informações sobre o resultado Financeiro, vide Nota Explicativa nº 16 da Demonstração Financeira da Companhia. **Prejuízo Líquido do Exercício:** Em 2023, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$14,3 milhões. **Disponibilidade Financeira:** A Companhia encerrou o exercício de 2023 com saldos distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$6,5 milhões. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri). **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$60,6 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da RDC Concessões S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Cascavel - PR, 13 de março de 2024.

#### A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.953	2.475			Fornecedores		329	780		
Aplicações financeiras	6	1.593	26			Impostos, taxas e contribuições a recolher		15	394		
Tributos a recuperar		1.289	9.236			Obrigações sociais e trabalhistas		895	885		
Despesas antecipadas		17	106			Partes relacionadas	11	-	32		
Outros créditos		7.774	13.959			Obrigações com poder concedente	12	40	51		
Total do ativo circulante		15.626	25.802			Dividendos a pagar	14.e)	-	1.240		
<b>Não Circulante</b>						Acordo de Leniência	12	10.124	18		
Depósitos judiciais	7	667	646			Outras contas a pagar		23	1.852		
Imobilizado	8	7	20			Total do passivo circulante		11.426	5.252		
Total do ativo não circulante		674	666			<b>Não Circulante</b>					
						Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	13	2.190	3.021		
						Outras contas a pagar		2.267	4.746		
						Total do passivo não circulante		4.457	7.767		
						<b>Patrimônio Líquido / Passivo a Descoberto</b>					
						Capital social	14.a)	9.468	9.468		
						Reserva de lucros - legal	14.b)	261	261		
						Reserva de lucros - orçamento de capital	14.c)	3.720	3.720		
						Reserva de lucros - dividendos	14.d)	1.240	-		
						Prejuízos acumulados		(14.272)	-		
						Total do patrimônio líquido		417	13.449		
<b>Total de Ativo</b>		<b>16.300</b>	<b>26.468</b>			<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>16.300</b>	<b>26.468</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

Em 1º de Janeiro de 2022	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros			Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos não distribuídos	Orçamento de capital		
Absorção prejuízo conforme AGE 07/07/2022		250.968	748	-	-	-	(78.163)	173.553
Redução de capital conforme AGE 07/07/2022		(77.415)	(748)	-	-	-	78.163	-
Aporte de capital		8.500	-	-	-	-	-	8.500
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.221	5.221
Destinação do lucro:								
Reserva legal	14.e)	-	-	261	-	-	(261)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.e)	-	-	-	-	-	(1.240)	(1.240)
Constituição de reserva - Orçamento de capital	14.e)	-	-	-	-	3.720	(3.720)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>		<b>9.468</b>	<b>-</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>3.720</b>	<b>-</b>	<b>13.449</b>
<b>Em 1º de Janeiro de 2023</b>		<b>9.468</b>	<b>-</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>3.720</b>	<b>-</b>	<b>13.449</b>
Reserva de dividendos não distribuídos	14.d)	-	-	-	1.240	-	-	1.240
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(14.272)	(14.272)
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>		<b>9.468</b>	<b>-</b>	<b>261</b>	<b>1.240</b>	<b>3.720</b>	<b>(14.272)</b>	<b>417</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A RDC Concessões S.A. ("RDC" ou "Companhia"), foi constituída em 03 de novembro de 1997 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, e tendo por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 - DER/PR (o "Contrato de Concessão"), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 26 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para RDC Concessões S.A.; (b) o endereço da sede para Rua Paraguai, 605, sala 4, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participações acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas de seu balanço patrimonial (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível), de acordo com as cláusulas XXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados não reversíveis, tais como: *hardwares*, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outros (classificados como Ativo Imobilizado) e *softwares* (classificados como Ativo Intangível), foram vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso de a Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício

iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

#### EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
Despesas gerais e administrativas	15	(4.818)	(6.017)		
Outras receitas (despesas), líquidas		1	(1.449)		
Acordo de Leniência	12	(10.124)	-		
<b>Prejuízo Operacional</b>		<b>(14.941)</b>	<b>(7.466)</b>		
Receitas financeiras	16	1.341	20.035		
Despesas financeiras	16	(672)	(3.892)		
<b>Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas</b>		<b>669</b>	<b>16.143</b>		
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>(14.272)</b>	<b>8.677</b>		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>-</b>	<b>(3.456)</b>		
<b>Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício</b>		<b>(14.272)</b>	<b>5.221</b>		
<b>Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação - Básico e Diluído (Em Reais)</b>	17	<b>(1,51)</b>	<b>0,03</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

#### EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(14.272)	5.221
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(14.272)</b>	<b>5.221</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

#### EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(14.272)	5.221
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	6	(237)
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	7	2.485
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	406	477
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	(17)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(27)	(27)
Tributos diferidos	-	1.195
Juros ativos - debêntures privadas/mútuos	-	(18.485)
Provisão e atualização monetária acordo de Leniência	10.124	3.238
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	-	194
Tributos a recuperar	7.947	(773)
Despesas antecipadas	89	(61)
Depósitos judiciais	6	73
Outros créditos	6.185	(1.353)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(451)	(10.036)
Obrigações sociais e trabalhistas	10	(2.425)
Partes relacionadas - fornecedores	(32)	(2.354)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(379)	(1.256)
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(1.237)	(951)
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(11)	(211)
Outras contas a pagar	(2.474)	(4.207)
Pagamento Acordo de leniência	(1.852)	(69.569)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.045	(99.079)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Aplicações financeiras	(1.567)	9
Partes relacionadas - Debêntures privadas/mútuos	-	262.388
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.567)	262.397
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Aporte de capital	-	8.500
Redução de capital	-	(172.585)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(164.085)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.478	(767)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.475	3.242
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.953	2.475
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.478	(767)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de

... continuação

**RDC CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89 - NIRE 41.300.015.775**

*Committee (SIC Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 16). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **c) Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **d) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements",** para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequentemente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-arrendatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que vender. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos

do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia: e) **Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação:** O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. f) **Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. g) **Participação dos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • **Taxa de desconto:** A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes. **Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**Política contábil:** A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	1	4
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	4.814	515
Operações compromissadas (b).....	-	1.799
Aplicações automáticas (c).....	138	157
	<u>4.953</u>	<u>2.475</u>

a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,9% aplicações em Cotas de Fundo). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remunerados à taxa de 85% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2023 não existem valores alocados nessa modalidade), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	1.561	26
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	32	-
	<u>1.593</u>	<u>26</u>

a) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (b) Em 31 de dezembro 2023, s recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

**7. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Natureza</b>		
Cível.....	520	499
Trabalhista.....	147	147
	<u>667</u>	<u>646</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 13 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	646	692
Baixas.....	(6)	(73)
Atualização monetária.....	27	27
Saldo no fim do exercício.....	<u>667</u>	<u>646</u>

**8. IMOBILIZADO**

**Política contábil:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - % .....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - % .....	11,8	-	-	-	-	-
<b>CUSTO</b>						
Saldos em 31/12/2022.....	74	-	16	-	1	91
Baixas.....	(23)	-	(12)	-	(1)	(36)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>51</u>	-	<u>4</u>	-	-	<u>55</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31/12/2022.....	(57)	-	(13)	-	(1)	(71)
Adições.....	(6)	-	-	-	-	(6)
Baixas.....	19	-	9	-	1	29
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(44)</u>	-	<u>(4)</u>	-	-	<u>(48)</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Em 31/12/2023.....	7	-	-	-	-	7
Em 31/12/2022.....	17	-	3	-	-	20

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - % .....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - % .....	-	-	-	-	-	-
<b>CUSTO</b>						
Saldos em 31/12/2021.....	14.437	4.827	1.753	8.775	5.821	35.613
Baixas (a).....	(14.363)	(4.827)	(1.737)	(8.775)	(5.820)	(35.522)
Transferências.....	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	<u>74</u>	-	<u>16</u>	-	<u>1</u>	<u>91</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021.....	(13.753)	(3.874)	(1.543)	(8.320)	(5.548)	(33.038)
Adições.....	(159)	(99)	(34)	(202)	(75)	(569)
Baixas (a).....	13.855	3.973	1.564	8.522	5.622	33.536
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(57)</u>	-	<u>(13)</u>	-	<u>(1)</u>	<u>(71)</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Em 31/12/2022.....	17	-	3	-	-	20
Em 31/12/2021.....	684	953	210	455	273	2.575

(a) De acordo com a Nota 1, os bens do ativo imobilizado foram vendidos e/ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**9. INTANGÍVEL**

**Política contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão era reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estavam disponíveis para uso, já que esse método era o que melhor refletia o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Não existem movimentações de intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Contratos de Concessão de terceiros	Software	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Outros	Total
Taxa anual de amortização - % .....	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % .....	-	-	-	-	-
<b>CUSTO</b>					
Saldos em 31/12/2021.....	856.124	4.194	14	2.783	863.115
Baixas.....	(984)	(4.194)	-	-	(5.178)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>855.140</u>	-	<u>14</u>	<u>2.783</u>	<u>857.937</u>
<b>AMORTIZAÇÃO</b>					
Saldos em 31/12/2021.....	(856.124)	(3.520)	(13)	(2.783)	(862.440)
Adições.....	982	(175)	(1)	-	806
Baixas.....	2	3.695	-	-	3.697
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(855.140)</u>	-	<u>(14)</u>	<u>(2.783)</u>	<u>(857.937)</u>

	Contratos de Concessão de terceiros	Software	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Outros	Total
Em 31/12/2022.....	-	-	1	-	-
Em 31/12/2021.....	-	674	-	-	675

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve capitalização referente a encargos financeiros de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(14.272)	8.677
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	4.852	(2.950)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis.....	(2)	(5)
Incentivos fiscais (PAT).....	(8)	51
Acordo de Leniência.....	(3.442)	(1.101)
Créditos tributários não constituídos (a).....	(1.803)	-
Outros.....	403	549
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(3.456)</u>	<u>(2.611)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	-	(2.261)
Impostos diferidos.....	-	(1.195)
Taxa efetiva.....	0%	39,8%

(a) Em razão da finalização do Contrato de Concessão, não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal, em virtude de não haver expectativa de realização futura.

b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	-
Despesa IR/CS DRE.....	-	2.261
Total de IR/CS pagos.....	-	(2.261)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS.....	<u>-</u>	<u>-</u>

**11. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

... continuação

**RDC CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89 - NIRE 41.300.015.775**

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Outras informações					
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Passivo	Vencimento	Receita financeira	Custo	Garantias	Posição contratual
a)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Enghen.Ltda.   TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	15/12/2020	31/01/2023	70.697	9.572	-	-	-	-	N/A	-
Total em 31 de dezembro de 2023												
Total em 31 de dezembro de 2022												

(a) Fornecimento e transporte de material asfáltico. **Remuneração dos administradores:** Em Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2023, foi definido que não haveria pagamento de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. A remuneração de seu diretor estatutário é feita pela sua coligada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

**12. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas:		
Verba Polícia Rodoviária (a)	40	51
	40	51

(a) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	51	262
Pagamento do principal	(11)	(211)
Saldo no final do exercício	40	51

(b) **Informações adicionais:** Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Companhia, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL"), e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Interação. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Atualmente, o processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação, antes de dar início a fase de produção de provas. Em 12 de agosto de 2019, a EIL e suas Controladas ECS e as Concessionárias do Paraná, celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Interação. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da EIL e de suas Controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens "l" (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e "m" (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e técnico, a RDC provisionou R\$10.124 (novembro/23) a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo. No tocante à divergência referente à modalidade de aplicação da metodologia de precificação pela tabela SICRO para o custo dos investimentos executados, o MPF proferiu decisão negando a tese da Companhia, motivo pelo qual a EIL vem conduzindo o encaminhamento do tema com o MPF. Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a EIL recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A EIL e suas Controladas apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a RDC; (2) determinar a condenação solidária da ECS; (3) impor às empresas (RDC e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida, a EIL apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador, que aguarda julgamento. Em agosto/2020, foi proposta por RDC a Ação Ordinária - 5040685-63.2020.4.04.7000 - 1VF Curitiba - visando atacar alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. Aguarda-se julgamento do processo. Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e de grau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. RDC propos ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interps recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação antes do julgamento dos recursos. Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das Concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselho Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE. A EIL detectou a distribuição de uma nova Ação Civil Pública, ajuizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR e Estado do Paraná em face da RDC, ECS e da EIL, ajuizada em 05 de janeiro de 2023. As partes não foram citadas da presente demanda, a qual tramita sob sigilo. Entretanto, foi possível identificar que a referida Ação Civil Pública foi distribuída por dependência à Ação Popular proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR. Nesta referida Ação Popular se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Tal Ação Popular teve o pedido de tutela liminar indeferido e o feito foi encaminhado ao SISTCON do TRF4 para tentativa de conciliação. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a EIL classifica a probabilidade de perda como remota. **Seguros contratados:** A Companhia contratou Seguro Garantia para execução de obras do Acordo de Leniência. Em 31 de dezembro de 2023, as apólices e coberturas, são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Construção	31/08/2024	HDI Seguros	58.773
			58.773

**13. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS**

**Política contábil:** A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a concessão/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Ambientais	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023....	-	2.576	445	3.021
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	5	(235)	71	(159)
(-) Pagamentos	-	(1.093)	(144)	(1.237)
(+) Atualização monetária	2	510	53	565
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	1.758	425	2.190

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.097	398	3.495
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(489)	52	(437)
(-) Pagamentos	(918)	(33)	(951)
(+) Atualização monetária	886	28	914
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.576	445	3.021

a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$14.349 em 31 de dezembro de 2023 (R\$13.104 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. b) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$449 (R\$727 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto sem constituição de provisão. c) **Processos tributários:** A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AILM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro 2019 e o acórdão publicado em 05 de dezembro de 2022 com interposição de Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF") em 15 de dezembro de 2022, que foi admitido pelo CARF em fevereiro de 2023 e aguarda julgamento pela CSRF. As matérias julgadas procedentes em favor da RDC CONCESSÕES SA não foram objeto de Recurso Especial por parte da Fazenda Nacional e essa parte da decisão já transitou em julgado. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos calendários de 2016 a 2019, em 09 de junho de 2021 foi apresentada Impugnação ao AILM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021 foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente as discussões, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$242.402 (R\$252.754 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2023 R\$256.386 (R\$265.294 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$9.468, representado por 9.468.261 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. b) **Reserva de lucros - legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$261. c) **Reserva de lucros - Orçamento de Capital:** Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$3.720. d) **Reserva de lucros - dividendos não distribuídos:** Em 14 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a rerratificação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2023, para que a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$1.240, fosse reclassificada para reserva especial, tendo em vista que o pagamento de dividendos ao seu acionista é incompatível com a situação financeira atual da Companhia. e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram distribuídos valores à título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(14.272)	5.221
Constituição da reserva legal	-	(261)
(Prejuízo acumulado)/Base de cálculo dos dividendos	(14.272)	4.960
Proposta da Administração:		
Reserva orçamento de capital	-	(3.720)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 14.d)	-	(1.240)

**15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	1.464	2.190
Conservação e manutenção	(4)	334
Serviços de terceiros (a)	2.942	2.139
Seguros	246	1.114
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	6	(237)
Locação de imóveis e máquinas	55	250
Outros custos e despesas operacionais	109	227
	4.818	6.017

Classificados como:  
Custo dos serviços prestados..... - -  
Despesas gerais e administrativas..... 4.818 6.017  
4.818 6.017

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria.

**16. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	594	208
Juros sobre mútuo	-	3.118
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 7)	27	27
Receita sobre debêntures privada	-	15.367
Outras receitas financeiras	720	1.316
	1.341	20.036

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 13)	(565)	(914)
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	(62)	325
Outras despesas financeiras	(45)	(3.303)
	(672)	(3.892)
Resultado financeiro, líquido	669	16.144

**17. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO**

a) **Lucro/(prejuízo) básico por ação:** O lucro/(prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) básico por ação	(14.272)	5.221
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação	9.468	174.503
Lucro/(prejuízo) básico por ação	1,51	0,03
b) <b>Lucro/(prejuízo) diluído por ação:</b> A Companhia não possui dívida conversível em ações.		

**18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**Gestão de capital:** O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

**Índice de endividamento**

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	40	51
Disponibilidade (b)	(4.953)	(2.475)
Dívida líquida	(4.913)	(2.424)
Patrimônio líquido (c)	(417)	14.689
Índice de endividamento líquido	(11,78)	(0,17)

(a) A dívida é definida como obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado na Nota 12. (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, conforme detalhado na Nota 5. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciações como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (89,3% em 31 de dezembro de 2022). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4.953	4.953
Aplicações financeiras (a)	1.593	1.593
Passivos:		
Fornecedores (b)	329	329
Obrigações com Poder Concedente (c)	40	40

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo às datas do balanço. (b) Os saldos da rubrica "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) As obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão, rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro e;
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta às principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços; • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava valores a receber registrados na rubrica "Contas a receber". c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros:** A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	482	503	723
Juros a incorrer, líquidos		482	503	723

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	9,15%	11,44%	13,73%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) **Caixa e equivalentes de caixa:** A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) **Informações suplementares:** As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) **Transações que não envolvem caixa:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não realizou atividades que não envolveram caixa.

**20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Companhia consistia na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia era dentro do território brasileiro, as receitas eram provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribuiu de forma significativa para as receitas da Companhia.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Membros Efetivos: **MARCELLO GUIDOTTI** (Presidente do CA)  
**RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES**  
**ROBERTO BORGES PAIVA**

**DIRETORIA**

Diretor Presidente - **RUI JUAREZ KLEIN**  
Diretor Superintendente - **SILVIO CALDAS**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ**  
CRC 1PR050369/O-4 'T' PR

... continuação

RDC CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**RDC Concessões S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da RDC Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RDC Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizou em novembro de 2021 e, portanto, a Companhia não tem mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

Agora a região Oeste do Paraná ganhou um atendimento personalizado e de qualidade.



- FROTA 2022;
- EXECUTIVO;
- LEITO CAMA;
- CONFORTO, QUALIDADE e SEGURANÇA.

- Guaíra ⇄ Curitiba
- Marechal C Rondon ⇄ Curitiba
- Toledo ⇄ Curitiba
- Terra Roxa ⇄ Curitiba
- Palotina ⇄ Curitiba

- Assis Chateaubriand ⇄ Curitiba
- Cafelândia ⇄ Curitiba
- Corbelia ⇄ Curitiba
- Cascavel ⇄ Guarapuava
- Cascavel ⇄ Ponta Grossa

SAC 0800 42 10000

Princesa dos Campos

**PRINEX** chega hoje, chega rápido.



SAC 0800 42 10000